

Sumário

Número de notícias: 31 | Número de veículos: 21

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Relator da reforma do IR não cede a pressões e diz que vai manter texto 4

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

IR: pressão contra reforma sobe em dia de votação 7

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Projeto que altera IR vai a voto hoje sem acordo na Câmara 9

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Versão da reforma de IR ajuda fundos de índice e de recebíveis 11

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Minirreforma altera fiscalização e traz de volta "Carf trabalhista" 14

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

A bomba dos precatórios - PEDRO LOBATO 16

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
SEGURIDADE SOCIAL

Pandemia acentua desigualdade e leva mais famílias a viverem na rua 18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Mercado torce nariz 23

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária esbarra em impasse 24

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Caminhoneiros admitem parar se protesto incluir demanda 26

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Dólar vai a R\$ 5,28, e Bolsa cai 1,7% com Afeganistão, China e tensões políticas 27

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Retorno de riscos fiscais e políticos - MÍRIAM LEITÃO 29

JORNAL DO BRASIL ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pacto Mercosul-UE é muito mais vantajoso para o Brasil do que acordo com a China, afirma economista 31

O GLOBO - ON LINE - RJ - LAURO JARDIM
REFORMA TRIBUTÁRIA

A reforma do IR: ceticismo na Câmara 33

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

AGU faz novos alertas, e governo vê mais gastos bilionários com precatórios em 2023	34
--	-----------

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Expansão para Europa e EUA é meta, diz presidente da Ambipar	36
---	-----------

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Reforma do IR deixa R\$ 200 bi fora da mira	38
--	-----------

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Comandante acerta ao preservar Exército da interferência política (Editorial)	40
--	-----------

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Quanto vale a Ciência no Brasil? (Artigo)	41
--	-----------

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
ECONOMIA

FGTS: liberação de R\$ 8 bi aos cotistas	43
---	-----------

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
ECONOMIA

Aumento da Selic deve ser avaliado com cautela (Artigo)	44
--	-----------

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Governo deve propor distribuição de 96% do lucro do FGTS ao trabalhador	45
--	-----------

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Ministro teme impacto de cenário político e Covid nas concessões	48
---	-----------

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
ECONOMIA

A PEC dos Precatórios é o verdadeiro meteoro (Artigo)	50
--	-----------

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Mercado já vê inflação de 2022 acima da meta	52
---	-----------

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Desemprego afeta mais mulher jovem e com pouco estudo	53
--	-----------

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Inflação deve pesar no gasto de juros do governo	56
---	-----------

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Gás de botijão pressiona orçamento da baixa renda	58
--	-----------

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Incertezas começam a reduzir as previsões de crescimento (Editorial)	61
---	-----------

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
POLÍTICA

Paulistanos rechaçam a onda negacionista - COLUNA DO ESTADÃO	63
---	-----------

Terça-Feira, 17 de Agosto de 2021

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
POLÍTICA

PEC dos precatórios pode ter "bônus social" antipobreza..... 65

Relator da reforma do IR não cede a pressões e diz que vai manter texto

Mesmo sob críticas de empresários e pressões contrárias de estados e municípios, o projeto de lei que reestrutura as cobranças do IR (Imposto de Renda) pode ser votado nesta semana pela Câmara dos Deputados.

Ainda sem um texto definitivo apresentado, a análise da reforma pelo plenário da Câmara está prevista para esta terça-feira (17). O relator da medida, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), passou o final de semana e esta segunda-feira (16) em reuniões sobre o tema.

Embora diversas alterações tenham sido feitas no último mês no texto proposto pelo governo, ainda há muita resistência contra a medida.

A CNI (Confederação Nacional da Indústria), por exemplo, vem pressionando para que a discussão sobre o tema seja aprofundada antes de uma análise no plenário da Câmara. Na tentativa mais recente de votação, a última versão da reforma foi protocolada no sistema do Legislativo menos de 24 horas antes da sessão deliberativa.

A confederação afirma que o projeto vai na direção correta, mas pede novos ajustes no texto. A entidade quer uma redução maior no imposto cobrado das empresas e pede que a taxa de dividendos tenha alíquota de 15%, contra os 20% previstos na versão atual do texto.

A CNI ainda pede que não seja alterado o mecanismo do JCP (Juros sobre Capital Próprio), forma de distribuição de lucro a acionistas e que permite dedução de imposto pelas empresas. O substitutivo do texto revoga essa possibilidade.

O projeto também é alvo de reclamações de governadores e prefeitos. Como o IR é arrecadado pela **Receita Federal** e compartilhado entre União, estados e municípios, um corte nessa tributação gera perdas para os governos regionais.

O secretário do Tesouro e Orçamento, Bruno Funchal, afirmou que versão recente da reforma deveria gerar uma redução anual de arrecadação de aproximadamente R\$ 20 bilhões. Estados e municípios calculavam perda de R\$ 16,5 bilhões. Mas o texto já sofreu nova mudança.

A Abrasf (Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais) se posicionou contra o projeto. A entidade afirma que os municípios perderão receitas e também pede mais tempo para ampliação do debate sobre a proposta.

Na sexta-feira (13), o ministro Paulo Guedes (Economia) tratou as críticas dos entes federativos e dos empresários à reforma como um sinal positivo que indica "um ponto de equilíbrio interessante" no projeto.

O ministro afirmou que governadores e prefeitos reclamam que perderão receitas por conta de um recuo na tributação estabelecido na reforma. Ao mesmo tempo, ele disse que donos do capital se posicionam contra a proposta sob o argumento de que pagarão mais **impostos**.

"Se proprietários de empresas estão dizendo que estão aumentando os **impostos** e estados e municípios estão contra a reforma porque os **impostos** estão caindo, eu acho que nós chegamos a um ponto de equilíbrio interessante. Não deve estar caindo nem subindo, porque se os dois estão reclamando, possivelmente estamos em um ponto de equilíbrio interessante", afirmou em entrevista à Jovem Pan.

Na última semana, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), tentou colocar a proposta em votação, mas acabou adiando a análise. Ele indicou, no entanto, que o plenário da Casa terá que votar a medida mesmo que não haja consenso.

"Não há possibilidade de uma matéria tributária ter consenso no plenário. Ela vai ter maioria, o que, num projeto de lei, já é bastante primoroso e efetivo para que a população saiba que temos grandes chances de fazer muito bem a muitos setores, muitas pessoas, e produzir o primeiro passo da **reforma tributária** no Brasil", disse.

Nesta segunda-feira, Lira afirmou em redes sociais que a proposta será votada nesta semana. Na publicação, o deputado fazia uma defesa da Constituição e da independência entre Poderes, em meio a atritos entre o presidente Jair Bolsonaro e o Judiciário.

"Vigilante e soberana, a Câmara avança nas reformas,

como a tributária que votaremos nessa semana, na certeza de que o país precisa de mais trabalho e menos confusão", disse.

Entregue pelo governo no final de junho, a reforma do IR foi recebida com uma onda de críticas. A versão original apresentada pela equipe de Guedes, que trazia a taxaço de dividendos e reduço tímida no imposto das empresas, passou por diversas alteraçoes.

O relator manteve a taxaço de dividendos, que é criticada por empresários, mas ampliou o corte do imposto sobre as companhias. O movimento, no entanto, desagradou estados e municípios.

Nova versão do texto permite que micro e pequenas empresas (que faturam até R\$ 4,8 milhões por ano) que recolhem **tributos** pelo chamado lucro presumido (regime simplificado) possam distribuir dividendos sem serem taxadas. O benefício era mais restrito na versão anterior.

Para compensar o impacto da nova mudança, o relator diminuiu o corte no IRPJ (Imposto de Renda de Pessoa Jurídica), de 9,5 pontos percentuais para 8,5. Com isso, a alíquota-base do IRPJ cairia de 15% para 6,5%.

Sabino tentou minimizar a resistência de estados e municípios apresentando o corte mais brando de IRPJ e inserindo, no lugar, uma reduço de 1,5 ponto percentual na Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) -um tributo federal aplicado às empresas.

A mudança é explicada porque os recursos obtidos com o IRPJ são compartilhados com governadores e prefeitos e a CSLL, não. Com a reduço na CSLL, a maioria das empresas veria esse tributo baixar de 9% para 7,5%.

O projeto original encaminhado pelo Executivo havia proposto uma reduço bem mais modesta no IRPJ, dos atuais 15% para 12,5% em 2022 e 10% em 2023 e não tinha reduço na CSLL. Mas empresários haviam reclamado dizendo que, com a taxaço dos dividendos em 20% prevista pelo texto, teriam aumento de carga no fim das contas.

Isenção para a baixa renda

Como é - Isento quem ganha até R\$ 1.903,98 por mês

Proposta do governo - Teto sobe para R\$ 2.500,00 por mês

Substitutivo do relator - Segue o projeto do governo

Tabela do Imposto de Renda

Como é - Desatualizada desde 2015

Proposta do governo - Correção de 31% na faixa de isenção e de, em média, 13% nas demais

Substitutivo do relator - Segue o projeto do governo

Desconto simplificado

Como é - Na declaração anual de ajuste do Imposto de Renda, os contribuintes podem hoje pedir o desconto simplificado de 20%

Proposta do governo - Somente quem ganha até R\$ 40 mil por ano (pouco mais de R\$ 3.000 por mês) teria direito ao desconto

Substitutivo do relator - Segue o projeto do governo

Dividendos

Como é - São isentos

Proposta do governo - Tributados em 20% na fonte, com isenção para até R\$ 20 mil por mês desde que a pessoa física receba de micro ou pequena empresa

Substitutivo do relator - Isenta totalmente dividendos de empresas do Simples e R\$ 20 mil mensais pagos por pequenas empresas. Além disso, expande a isenção em outros casos -como para empresas que distribuem dividendos dentro do grupo econômico e para coligadas (pelo texto, quando uma empresa detém 20% da outra), além de flexibilizações para fundos de investimento

PARA PESSOAS JURÍDICAS

Reduço de alíquota

Como é - Alíquota do IRPJ é hoje de 15%. Além disso, há cobrança de 10% sobre o lucro que exceder R\$ 20 mil

Proposta do governo - Corte da alíquota-base de 15% em 5 pontos percentuais, para 12,5% em 2022 e 10% em 2023

Substitutivo do relator - Corte da alíquota-base de 15% em 8,5 pontos percentuais, para 6,5% em 2022. Corte da CSLL em 1,5 ponto percentual (na maioria dos casos, cai para 7,5%)

PARA INVESTIMENTOS

JCP (Juros sobre Capital Próprio)

Como é - Além dos dividendos, as empresas podem distribuir lucros aos acionistas por meio do JCP. Ele pode ser computado pelas empresas como despesa (ou seja, ajuda a abater impostos)

Proposta do governo - Fim da dedutibilidade do JCP da base de cálculo do IRPJ e da CSLL

Substitutivo do relator - Acaba não só com a dedutibilidade, como também com o JCP em si

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

40

IR: pressão contra reforma sobe em dia de votação



Sem mudanças. O deputado Celso Sabino (PSDB-PA) diz que não muda parecer sobre a reforma no Imposto de Renda

FERNANDA TRISOTTO E GERAL DA DOCA

Com a promessa de Arthur Lira (PP-AL) de votar o projeto que altera as regras do Imposto de Renda hoje, a pressão contra a **reforma tributária** se intensificou. O adiamento da votação na semana passada não ajudou na construção de um acordo, e entidades se mobilizaram contra a proposta, considerada "inaceitável" pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), inclusive pedindo agora a derrubada total do texto em plenário, e não mais alterações.

Apesar da resistência do relator Celso Sabino (PSDB-PA), mudanças estão sendo costuradas no texto. Uma possibilidade que começou a ser negociada ontem à noite foi reduzir menos o Imposto de Renda das empresas. OIRPJ poderia cair de 25% para 17,5% e não mais para 16,5%. O objetivo é atender aos estados, que alegam risco de queda na arrecadação.

Na quinta-feira, ao decidir pelo adiamento da votação da reforma, Lira pediu a colaboração aos deputados, afirmando que todos os pleitos que travavam o avanço da matéria não seriam totalmente atendidos. A proposta visa a corrigir a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física, ao mesmo tempo em que muda a tributação das empresas, instituindo a cobrança sobre a distribuição de dividendos aos sócios, entre outras mudanças.

Mesmo com uma intensa agenda de reuniões no fim de semana e véspera da votação, o relator afirmou que as últimas concessões atenderam aos pedidos dos profissionais liberais ao incluir empresas que optam pelo regime do lucro presumido, com

faturamento de até R\$ 4,8 milhões, no rol de isenções dos dividendos.

MUDANÇAS NOS DESTAQUES

Fontes que acompanham as negociações afirmaram ao GLOBO que essa inclusão criou resistências dentro da **Receita Federal**. A análise é de que ao beneficiar categorias como médicos e advogados, o relator acaba discriminando os demais trabalhadores que pagam alíquota de 27,5% no IR de pessoa física.

O presidente da Câmara e o vice-presidente da Casa, Marcelo Ramos (PP-AM), reiteraram a votação nesta semana. Para Ramos, o texto está muito distante de um acordo entre os parlamentares para a aprovação, mas como se trata de um projeto de lei que requer maioria simples para ser aprovado, há chances de a proposta avançar. Lira tenta convencer os deputados alegando que eventuais mudanças no texto podem ser feitas por meio da análise de destaques.

Mas as resistências ao projeto seguem e, sob sigilo, deputados e opositores da proposta afirmam que, agora, há a pressão para a derrubada total do projeto, não mais para alterações pontuais.

O presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, considera inaceitável o último substitutivo da reforma, que prevê uma redução de 8,5 pontos percentuais (p.p) no IRPJ e de 1,5 p.p. na CSLL em troca da tributação de 20% sobre os dividendos. A avaliação é de que o novo texto aumenta a tributação sobre investimentos produtivos e precisa ser alterado na Câmara. Segundo a entidade, com a fórmula proposta, o imposto total sobre as empresas e seus sócios, atualmente em 34%, pode chegar a 40,4% em 2023.

Já a Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) divulgou posicionamento, reiterando preocupações com o projeto: acredita que a redução dos **impostos** das empresas não é suficiente para atingir a neutralidade tributária e não gerar aumento da carga tributária. A entidade é contra outros pontos do texto, como o fim do mecanismo de juros sobre capital próprio (JCP) e alíquota de dividendos diferente da fixada para investimentos em renda fixa.

O Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do

Distrito Federal (Comsefaz) circulou entre os deputados dois cenários possíveis de alterações, que não implicariam perdas aos governos locais. Esses cálculos foram levados até a equipe econômica. Estados e municípios seguem contrários à reforma.

APOIO DA CLASSE MÉDICA

Beneficiadas por uma mudança no texto na última semana, entidades médicas deram apoio ao texto. O Conselho Federal de Medicina (CFM) afirmou em nota que a aprovação da proposta "poderá trazer maior equilíbrio ao ambiente para que os médicos brasileiros exerçam sua profissão". A Associação Médica Brasileira (AMB) também soltou nota defendendo o projeto.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Projeto que altera IR vai a voto hoje sem acordo na Câmara



Efraim Filho: líder do DEM que articulou adiamento na semana passada ainda luta para negociar alterações no texto e quer gatilho na taxação de dividendos

Raphael Di Cunto e Fabio Graner

O relator da reforma do imposto de renda, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), afirmou ao Valor que não divulgará um novo parecer nem deve fazer novas alterações na proposta, cuja última versão foi protocolada na quinta-feira. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), quer votar o projeto em plenário hoje.

Sabino reuniu-se com o ministro da Economia, Paulo Guedes, e conversou por telefone e videoconferência com parlamentares ao longo do fim de semana para tentar finalizar os acordos políticos em torno do projeto. Na quinta-feira, a proposta saiu de pauta após diversos partidos pedirem o adiamento para negociar ajustes ao texto - que teve outro parecer divulgado naquele mesmo dia à noite.

Principal articulador do adiamento na semana passada, o líder do DEM, deputado Efraim Filho (PB), disse não ver mais espaço para isso e que a tentativa agora é negociar alterações no texto para garantir que não ocorra aumento da carga tributária com a taxação de 20% sobre os lucros e dividendos distribuídos pelas empresas aos acionistas.

"Achamos que a estimativa da **Receita Federal** sobre a arrecadação com os dividendos é conservadora e por isso estamos propondo um gatilho. Se a arrecadação superar a estimativa, em 2023 cairia a 17% ou 15%. Seria uma forma de calibrar", disse o líder do DEM na Câmara. "O que a gente vai defender é que o plenário não aprove dinheiro extra para os cofres do governo em detrimento de sacrifício para o

setor produtivo", afirmou.

O gatilho recebeu veto da equipe econômica do governo, mas deverá ser sugerido em plenário como uma emenda com apoio do PSDB. A medida seria uma forma de atender as médias e grandes empresas, que poderão ter aumento da carga tributária dependendo de quanto distribuírem de lucro para seus proprietários ou acionistas.

As grandes e médias companhias reclamam ainda que o relator recuou na redução do imposto sobre o lucro das empresas. Inicialmente, Sabino chegou a propor corte no IRPJ e CSLL de 34% para 21,5% somados, mas a última versão estabelece as alíquotas em 24%, podendo ficar em 25,5% se a redução de incentivos tributários não compensar a diminuição de 1,5 ponto percentual na CSLL

Em nota, a Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) disse que a mudança inibe investimentos e aumenta a carga tributária sobre as empresas "que mais podem fazer diferença para a prosperidade do país". Eles propõem um gatilho para reduzir o IRPJ e a CSLL a 21,5% em 2024. A falta de suporte dos investidores, afirmou, fez o índice Bovespa cair de 127 mil pontos em 25 de junho, quando a reforma foi apresentada, para 121 mil pontos na sexta-feira.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) chamou o último parecer de "inaceitável" por, nas contas dela, aumentar a carga tributária das empresas/empresários de 34% para algo entre 39,2% e 40,4%.

A reforma, porém, ganhou mais força na Câmara com a decisão de isentar os dividendos das empresas do lucro presumido com faturamento de até R\$ 4,8 milhões. Isso fez com que esse grupo, que reúne médicos, advogados e arquitetos, entre outros, tenha redução de 10% no imposto pago hoje e passe a apoiar publicamente o parecer. As micro e pequenas empresas do Simples já estavam isentas da cobrança.

Outro impasse é com governadores e prefeitos, que afirmam que haverá perda de R\$ 8 bilhões de arrecadação. Parte dos parlamentares diz que essa resistência já estaria praticamente superada, mas o líder do MDB, deputado Isnaldo Bulhões (AL), que tem sido o principal porta-voz dessas insatisfações na

Câmara, afirmou que ainda não há acordo. "Não recebi até agora uma proposta formal que demonstre que não haverá prejuízo para Estados e municípios", disse ontem à tarde. Os Estados, segundo o Valor apurou, querem que o corte no IRPJ seja de 7,5 pontos percentuais, menor que os 8,5 pontos percentuais propostos pelo relator, para a "conta fechar".

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186981?page=1§ion=1

Versão da reforma de IR ajuda fundos de índice e de recebíveis



RaphaelDiCuntoa Adriana Cotias De Brasília e São Paulo

Algumas mudanças previstas na última versão da reforma do imposto de renda são consideradas benéficas para o setor de fundos, enquanto outras mantidas no texto podem representar um desestímulo ao investimento em capital de risco. O projeto deve ser votado na Câmara hoje.

Pelo parecer do relator, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), os fundos de investimentos em índices de mercado (ETF) tendem a ganhar apelo porque deixam de ser disciplinados por instrução normativa. O enquadramento dos fundos de ações fica mais rígido e será necessário ter 75% da carteira nessa classe de ativos, ante os 67% atuais, para ter a classificação tributária que prevê alíquota de 15%. Os fundos de investimentos em direitos creditórios (Fidc) passam a ser taxados também em 15%, saindo da regra da tabela regressiva que incide nos portfólios de renda fixa - de 22,5% a 15%, conforme o prazo.

Os ETFs são regulamentados por uma instrução normativa da **Receita Federal** e por uma lei geral sobre fundos de renda fixa e podem ganhar mais força e diversificação. O projeto do governo não tratava do tema, mas Sabino incorporou regras à proposta após conversas com representantes do setor. "Tinha omissão na legislação sobre esses fundos e o parecer

traz segurança jurídica para um mercado crescente no mundo", diz a advogada tributarista Elisa da Costa Henriques, sócia do Velloza Advogados.

Os mais populares no Brasil são os atrelados ao mercado de ações (existem oito hoje) ou de títulos de renda fixa. O objetivo desses fundos é perseguir a média de rendimento de uma determinada carteira (como, por exemplo, das ações do Ibovespa). As regras do projeto valerão para fundos de índice em ações, imobiliários, de criptoativos, moedas e commodities- os de renda fixa estão excluídos.

Segundo Costa, a regulamentação dos ETFs é de duas décadas atrás, mas poucos fundos foram lançados por insegurança sobre como, por exemplo, seria a tributação. Qualquer questionamento sobre isso cairia no colo do administrador do fundo. "Essa indústria de índice já estava crescente no mundo todo e no Brasil, com novos produtos lançados no último um ano e meio, e vai crescer ainda mais", afirma.

Um dos fundos que podem ser beneficiado, diz a advogada, é o Trend ETF Ifix, que foi lançado pela XP Investimentos em novembro. O projeto determina que todos os fundos de índice paguem 15% de imposto de renda no resgate. Por causa da insegurança jurídica que existia, no seu regulamento o portfólio, que persegue o desempenho de um índice com 81 fundos imobiliários, prevê taxaço em 20%.

O projeto também deve garantir mais segurança jurídica para fundos de índices em criptomoedas (dois foram lançados neste ano na B3) e para o lançamento de produtos ligados a commodities, como ouro, na linha do que já se observa no exterior.

Com a taxaço de 20% sobre a distribuição de lucros e dividendos das empresas proposta pelo governo na versão inicial da reforma, os mais recentes pareceres de Sabino trouxeram mudanças na sistemática de distribuição desses valores por meio de fundos de investimentos. A regra criada traz poucas diferenças para os investidores, mas facilitará a administração operacional dos fundos, principalmente naqueles que têm milhares de participantes.

Se o fundo tiver mais de cem cotistas e não houver concentração substancial das cotas em nenhum deles, os dividendos serão incorporados ao valor patrimonial

das cotas após um desconto na fonte de 5,88%, ficando no próprio fundo para reinvestimento e só taxados na hora do resgate-quando o investidor pagará 15%. Agora, se o portfólio tiver menos de cem participantes ou um deles tiver mais do que 25% das cotas, o repasse dos dividendos ocorrerá diretamente para o cotista, com pagamento da alíquota de 20% (dos quais 5,88% serão retidos na fonte pela empresa que distribuiu os lucros). Nesses casos, o dinheiro cairá direto na conta do investidor, que terá que decidir o que fazer com ele.

O recebimento de dividendos só será isento para fundos constituídos exclusivamente com recursos de provisões e reservas técnicas de planos de benefícios de entidade de **previdência complementar**, sociedade seguradora e Fundo de Aposentadoria Programada Individual (Fapi). Também terão isenção os fundos com propósito exclusivo de incorporação imobiliária e que possuam pelo menos 90% das suas receitas no regime de patrimônio de afetação.

Nos fundos de investimentos em ações, que terão quer perseguir uma exposição líquida maior em bolsa, de 75%, outra alteração restringe o que pode ser considerado ativo equiparado - não incluirá, por exemplo, ações ou fundos de investimentos no exterior nem recibos de ações lastreados em companhias que não sejam brasileiras.

O relator manteve as regras já previstas no projeto inicial de tornar anual o "come-cotas" (a antecipação do pagamento de imposto) tanto para os fundos abertos (em que era semestral), quanto para os fechados (em que não existia). O desconto ocorrerá sempre em novembro. Quem possui fundos de investimentos fechados poderá parcelar a tributação sobre o estoque em 24 meses com desconto - a taxa cairá de 15% para 10%.

Segundo Alexandre Lindenbojm, CEO da gestora de patrimônio Wright Capital, como esse tema já vinha sendo discutido em projetos anteriores para taxar fundos restritos - a exemplo da medida provisória 806, que caducou-, hoje isso está mais pacificado entre os investidores. Ele avalia que esses veículos continuarão sendo úteis como estrutura para planejamento patrimonial e sucessório. Boa parte do mercado já se preparou para o fim do diferimento fiscal que esse modelo permitia, acrescenta.

Mas algumas mudanças previstas na reforma vêm em má hora e podem desestimular o investimento em capital de risco, em meio a um ciclo de alta de juros, segundo a tributarista Ana Cláudia Utumi, sócia do Utumi Advogados. O fim da isenção de imposto na distribuição de dividendos vai pegar todos os bolsos. "Num momento em que mais e mais brasileiros estão

investindo e aprendendo a investir, essa tributação, apesar de o Ministério da Economia dizer que vai pegar grandes investidores, vai alcançar as pessoas físicas em bolsa. Mesmo quem receber R\$ 20 mil em dividendos não vai ter isenção", afirma.

Isso ocorre porque o projeto prevê o benefício apenas quando a distribuição tiver como origem companhias com faturamento de até R\$ 4,8 milhões, o que tira do radar todo o universo de companhias abertas. "Se faço um investimento em Petrobras, Vale e Banco do Brasil, mesmo sendo pequeno, recebendo R\$ 10 mil ao ano, vou ter a tributação", diz Utumi.

Outra mudança que permanece no texto é o que impõe um pênalti aos fundos que investem em participação em empresas e são classificados, de fato, como entidades de investimento.

Os FIPs, grandes financiadores de empresas em diferentes estágios, terão a sua dinâmica alterada porque toda vez que uma participação for vendida o administrador terá que considerar como distribuído o ganho de capital com aquela alienação e tributá-lo. "É mim para a indústria de venture capital e de private equity, que usa os recursos para fazer reciclagem de capital", afirma Utumi. Como os gestores têm compromisso com o investidor por prazos longos, cinco, dez anos, e muitos deles têm investido em empresas de tecnologia, segmento em que os ciclos são cada vez mais curtos, não será possível investir em outras empresas sem o pênalti da tributação.

No meio das discussões, uma medida considerada benéfica pelo mercado e que permanece na última versão do texto é que o come-cotas nos fundos de renda fixa e multimercados passará a ser anual, em vez de semestral.

Para se adaptar ao que vem por aí, o trabalho que tem sido feito com as famílias é segregar onde faz sentido ter aplicação direta e o que deve permanecer na estrutura de fundo. Um exemplo prático é tirar de uma carteira de FIP que reúne tanto companhias abertas quanto fechadas, a parcela dedicada a ações líquidas.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186981?page=1§ion=1

Reforma além do imposto de renda

Relator ampliou rol de alterações propostas pelo governo para os fundos

Mudanças

- Dividendos de empresas distribuídos para investidores pagarão 20% de IR
- Cria sistemática para dividendos recebidos através de fundos de investimento
- Regulamenta os Fundos de Investimento em Índices de Mercado
- Fundos de investimentos em ações terão que adaptar a carteira a nova regra
- Come-cotas se torna anual para fundos abertos
- Come-cotas passa a incidir uma vez por ano para fundos fechados
- Estoque dos fundos fechados poderá ser parcelado em 24 vezes com desconto
- FIDCs continuarão livres de come-cotas e pagarão alíquota única de 15%
- Classe de cotas terá regime de tributação diferenciado

Continuam isentos de imposto de renda

- Fundos de Investimento nas Cadeias Agroindustriais (Fiagro)
- Fundos de Investimento Imobiliário (FIIs)
- Fundos de Investimento em Participações (FIP)

Fonte: Parecer de 12/8 ao PL 2337/2021

Minirreforma altera fiscalização e traz de volta "Carf trabalhista"



Adriana Aguiar De São Paulo

A Medida Provisória (MP) nº 1.045, que promove uma minirreforma trabalhista, resgata duas propostas que beneficiam as empresas. Uma estende a todas as companhias, independentemente do porte, a chamada dupla visita da fiscalização - uma para orientar e a segunda, se mantida a infração, para multar. A outra cria um órgão similar ao **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** para questões ligadas à área do trabalho.

As mudanças, aprovadas pela Câmara dos Deputados, aumentam as chances de defesa das empresas, segundo advogados. Anualmente, cerca de 80 mil são autuadas por ano no país. À exceção de 2020, em decorrência da pandemia. No ano passado, com as visitas presenciais limitadas, o número caiu para 31 mil, de acordo com dados do Ministério do Trabalho e Previdência.

A dupla visitação e o chamado "**Carf** trabalhista" estavam previstos na MP nº 905, de 2019, que criava o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo e perdeu a validade. Hoje, o benefício na fiscalização só vale para as micro e pequenas empresas, ou estabelecimentos recém inaugurados ou quando houver violação de uma lei alterada recentemente, segundo o artigo 23 do Regulamento da Inspeção do Trabalho.

A alteração, na MP nº 1.045, está prevista no artigo 627. Permite a dupla visita para empresas, de qualquer porte, com infrações leves relacionadas à segurança e saúde do trabalhador. A norma deixa claro, porém, que várias irregularidades não terão o benefício, como falta de registro de empregado, atraso de salário e não recolhimento de FGTS.

Para a advogada trabalhista Juliana Bracks, do escritório Bracks Advogados, orientar é sempre o melhor caminho. "Tudo que vier para que a empresa possa se enquadrar às normas trabalhistas, sem que exista a lógica de multar sistematicamente, pode ser bom", diz.

Advogado de empresas, Alberto Nemer, do escritório Da Luz, Rizk Nemer, defende que o Ministério do Trabalho e seus fiscais também tenham o intuito de educar, e não apenas a função punitiva. "Quando a infração for leve, abre-se a possibilidade do empreendedor retificar o ocorrido para ficar de acordo com a legislação. Agora, se não se adaptar nos termos da orientação do fiscal, vai tomar a multa", afirma.

O auditor-fiscal do trabalho Ronald Sharp Junior, porém, é contra a medida. "Amplia exageradamente os casos de dupla visita, invertendo a lógica geral de repressão para mera orientação", diz ele, acrescentando que o impedimento à atuação fragiliza a atuação do órgão em prol da proteção ao trabalhador, que seria a parte vulnerável ou hipossuficiente.

Na opinião dele, quando se trata de saúde e segurança do trabalho não poderia haver a possibilidade de dupla visita. Sharp dá o exemplo de uma empresa que não forneceu treinamento adequado para quem trabalha em locais altos, acima de dois metros, como prevê a Norma Regulamentadora nº 35.

"O funcionário não ter feito o curso poderia ser considerado como infração leve, mas o acidente de trabalho não tem dia e hora para acontecer. Um descuido pode gerar um infortúnio", afirma Sharp Junior.

Só existiria essa segunda chance, segundo o auditor, para as normas do trabalho. "Não se consegue anular uma multa de trânsito dizendo que não sabia que era infração. A vigilância sanitária também não deixará de

fechar um estabelecimento quando encontrar algum alimento fora da validade. Isso só acontece no universo do trabalho."

A nova MP ainda estabelece a possibilidade de a empresa firmar termo de compromisso com fiscal do trabalho - medida prevista apenas para o Ministério Público do Trabalho. O que, para Sharp Junior, seria uma boa forma de fazer com que o empregador possa se adequar às normas trabalhistas, sem que seja autuado. E prevê a instalação do domicílio fiscal eletrônico trabalhista para viabilizar o processo administrativo eletrônico e o FGTS Digital integrado ao eSocial.

O texto, que seguiu para o Senado, também resgata a ideia de criação de uma segunda instância para análise dos autos de infração, o que tem sido chamado de **Carf** trabalhista. Hoje, os recursos contra autos de infração lavrados são analisados por outro auditor fiscal e o caminho seguinte seria a Justiça.

O modelo proposto pelo governo, no artigo 635 da MP, traz uma nova instância recursal composta por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e dos auditores do trabalho, "designados pelo Ministro do Trabalho e Previdência".

Segundo o advogado Alberto Nemer, ao dar esse duplo grau de jurisdição, a medida caminha para o princípio constitucional de ampla defesa e do devido processo legal. A proposta já foi tratada também na MP da Liberdade Econômica, a de nº 881, de 2019, mas foi derrubada na tramitação.

O auditor-fiscal do trabalho Ronald Sharp Junior considera a medida positiva. Para ele, deve dar mais transparência e confiabilidade para as decisões administrativas. A criação de uma segunda instância administrativa na esfera do trabalho, acrescenta, viria em cumprimento ao que diz o artigo 10 da Constituição Federal.

O dispositivo diz que é assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186981?page=1§ion=1

A bomba dos precatórios - PEDRO LOBATO

PEDRO LOBATO

O assunto é indigesto, mas, entre os temas em pauta no âmbito da gestão do gasto público, o pagamento dos precatórios previsto para o ano que vem é o mais polêmico. Razões não faltam. Os precatórios são verbas solicitadas pelo Judiciário ao Executivo especificamente para pagamento aos demandantes, pessoas ou empresas, que ganharam ações em última instância contra a União (o mesmo ocorre nas esferas estaduais e municipais).

Em passado não muito remoto, era comum os governantes postergarem o pagamento de precatórios porque, na maioria dos casos, esses passivos são decorrentes de atos de administrações anteriores. É fato recorrente que as ações contra o poder público têm trânsito demorado pelo Judiciário, já que se submetem a recursos obrigatórios (ex officio) a instâncias superiores. Por isso, a sentença final geralmente ocorre durante administração posterior à que praticou o ato que originou a demanda judicial.

Mas, atualmente, a legislação obriga a inclusão, no orçamento anual, de verbas para o pagamento de precatórios emitidos no ano anterior. Faz sentido. Afinal, enquanto corre o processo na Justiça, não tem como o administrador prever a data de seu encerramento e tampouco quanto terá de pagar em caso de sentença a favor do autor da demanda.

Resulta daí um ponto importante na atual polêmica: esse desembolso não se inclui entre os gastos discricionários do Executivo, pois decorre de decisão judicial independente da vontade do governante.

Por falar em gastos discricionários, uma das mazelas da administração pública brasileira é a sufocante proporção a que chegaram, nos últimos anos, os desembolsos obrigatórios. Por pressões políticas, os orçamentos da União e da maioria dos estados são quase totalmente engessados por obrigações constitucionais, entre elas o funcionalismo e a **Previdência Social**.

No caso do governo federal, essas obrigações chegam próximo a 94% das despesas primárias. Somadas aos gastos com a rolagem da dívida pública, deixam muito pouco (menos de 2%) para os desembolsos discricionários. Isso acaba comprimindo

o investimento e, não raro, prejudicando o bom funcionamento do serviço público.

É dentro desse quadro de apertos e inflexibilidades que devem ser inseridos os precatórios judiciais. Se a conta dos precatórios for muito alta, a parcela discricionária, incluindo investimentos, será ainda menor. É o que deve ocorrer no ano que vem. Nós, os cidadãos brasileiros, não temos o saudável costume de acompanhar de perto a discussão e a votação da mais importante entre todas as leis anuais que o Congresso examina no regime democrático.

ORÇAMENTO

Precedida pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), aprovada em julho, prevendo déficit primário de R\$ 177,5 bilhões, a Lei Orçamentária Anual (LOA) começa a ser discutida em agosto e deveria ser aprovada até o fim do ano anterior à sua vigência. "Deveria", porque nem sempre o Congresso Nacional consegue chegar aos acordos necessários a tempo.

Portanto, estamos em pleno estágio das discussões sobre como vamos gastar o dinheiro do povo no ano que vem. É aí que entra a polêmica dos precatórios a serem pagos em 2022. Ocorre que, desta vez, o valor desses desembolsos cresceu 63% em relação ao que está sendo pago em 2021, chegando à impressionante quantia de R\$ 89,1 bilhões, o que corresponde a quase 70% do total previsto para os desembolsos discricionários.

Diante desse monumental carço fiscal, o governo federal se vê frente ao risco de emperrar a máquina estatal e reduzir ainda mais o investimento público. Além disso, ficarão limitados os programas na área social, como o auxílio às famílias fragilizadas pela pandemia. O atendimento amplo a essas demandas esbarraria no teto de gastos.

Nessa hora surgem os palpites de plantão, muitos deles de intenção duvidosa. Tem uma turma que insiste na quebra do teto de gastos, aprovado pelo Congresso em 2016 e que é a última âncora fiscal de que dispõe o governo para não perder o controle de suas contas. Também há os que desenterram a cantilena de queimar as reservas cambiais do país para fazer frente às despesas com a população. O discurso é bonito, mas as consequências podem ser

dramáticas.

COMPROMISSO

O que o governo está tentando fazer ficou claro numa proposta de emenda à Constituição (PEC) enviada na semana passada ao Congresso. O texto parcela em 10 anos os precatórios de valor individual acima dos R\$ 66 milhões e muda o indexador dessas dívidas, que passado IPCA para a Selic. Além disso, a PEC propõe a criação de um fundo especial para abater dívida pública, incluindo a dos precatórios, a ser formado com o resultado da alienação de imóveis, dividendos das estatais e royalties do petróleo.

É uma solução que poderá desagradar aos credores que esperam há tempos o dinheiro dos precatórios milionários a que têm direito. E, mais do que isso, pode respingar na credibilidade da dívida pública financeira. O lado positivo da PEC dos precatórios é que, com ela, ficam mais uma vez mantidos o teto de gastos e o compromisso com o controle fiscal. Razão pela qual deve ser aprovada.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Pandemia acentua desigualdade e leva mais famílias a viverem na rua



André Luiz Freitas Dias: "Com a pandemia, famílias inteiras estão indo parar nas ruas por não terem condições de pagar o aluguel ou se manterem de outra forma"



Luciana Almeida Cerqueira: "Eu tinha minha banca e perdi tudo; hoje vivo do lixo"

Lucianne Carneiro

Em todo o país, especialmente nos grandes centros urbanos, é ampla a percepção de aumento da população vivendo nas ruas após a pandemia. A avaliação é unânime entre os que trabalham com este público e também se observa nos poucos números disponíveis para este grupo até abril. Dados do CadÚnico - base para os programas sociais do governo - mostram que o número de pessoas em situação de rua subiu continuamente entre março de 2020 até abril de 2021 (com exceção apenas de novembro). Eram 149.019 pessoas em março, que avançaram 8,7%, para 162.045 em abril, segundo o Ministério da Cidadania.

Nos últimos dois meses, no entanto, o número voltou a cair - para 138.762 em maio e 140.749 em junho. A

queda na passagem entre abril e maio foi intensa, de 14,3%, movimento que pode estar ligado ao baixo nível de atualização dos cadastros, segundo pesquisadores.

Para além desse comportamento recente, os números são considerados subestimados por estudiosos - já que o CadÚnico só inclui quem têm acesso a algum tipo de serviço oferecido pelo governo - e podem ser até 40% maiores, segundo estimativa do projeto Incontáveis, do programa Polos de Cidadania da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Outro dado que pode ser indicativo do aumento da população em situação de rua no país é o cadastro no Sistema Único de Saúde (SUS), que indica o número de pessoas que recebeu atendimento pelo programa Consultório na Rua, serviço voltado para este grupo. O contingente total de pessoas atendidas mais que triplicou entre 2019 e 2020, de 50.948 para 155.179 pessoas, segundo o Ministério da Saúde.

De janeiro a maio de 2021, o número chegou a 95.059 pessoas, o que representa uma alta de 55% frente a igual período de 2020 (quando eram 61.317 e já havia impacto da pandemia). O ministério alerta que o crescimento pode estar ligado à alta da população em situação de rua, mas também à expansão do atendimento.

"Com a pandemia, famílias inteiras estão indo parar nas ruas por não terem condições de pagar o aluguel ou se manterem de outra forma", diz o professor da UFMG André Luiz Freitas Dias, coordenador do Polos da Cidadania e do projeto Incontáveis.

São incorporadas a este grupo, diz o pesquisador do Núcleo de População em Situação de Rua da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), em Brasília, Marcelo Pedra, principalmente pessoas e famílias que estavam em trabalhos precários e, com a desestabilização da economia, não conseguiram mais manter suas moradias.

Aliás, o nome do projeto Incontáveis vem da falta de dados sobre a população em situação de ma. "O fato de não termos dados diz muito sobre a invisibilidade dessas pessoas", diz Pedra, que reforça o coro de que os números do CadÚnico e do SUS sobre a população em situação de rua são apenas uma referência e muito

menores que a realidade. "Essas são as pessoas que de alguma maneira têm acesso a políticas públicas. Há mais gente de fora", reforça.

Levantamento feito em março por Dias, da UFMG, apontava que quase 70% dos cadastros dessas pessoas em situação de rua no CadÚnico tinham sido atualizados há mais de 12 meses. Quase um terço (32,9%) tiveram atualização há mais de 25 meses, prazo que já compromete o pagamento de benefícios como Bolsa Família e auxílio emergencial. Essa "baixíssima" atualização do cadastro, segundo ele, ajuda a explicar essa queda de nível do número de pessoas identificadas como em situação de rua.

"Não há queda na população em situação de rua. O que provavelmente ocorreu é que, na pandemia, vários serviços foram afetados, como a atualização do cadastro. Vários equipamentos de atendimento a este público foram fechados. Além disso, esses números devem ser observados como uma tendência mais ampla e não só a variação mês a mês, pode haver algum represamento de dados", afirma Dias.

Coordenador do Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua (Ciamp-Rua), Carlos Ricardo também acredita que há influência de redução de registros nos números do CadÚnico. "Há um relato praticamente unânime de aumento entre quem trabalha com a população em situação de rua", argumenta.

Procurado, o Ministério da Cidadania, responsável pelo CadÚnico, não explicou essa queda recente e esclareceu que a inserção de famílias no cadastro é feita pelas gestões municipais por meio da autodeclaração do responsável familiar. Além disso, destacou que o número de famílias cadastradas não representa a totalidade de pessoas em situação de rua no país.

A inclusão de novos perfis entre os que sobrevivem nas mas também é apontada por um dos líderes do Movimento Nacional da População em Situação de Rua, Vanilson Torres. O público era marcado principalmente por conflitos familiares e problemas de saúde mental e vícios com drogas e saúde mental, diz ele, mas muda com a números devem ser observados como uma tendência mais ampla e não só a variação mês a mês, pode haver algum represamento de dados", afirma Dias.

Coordenador do Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua (Ciamp-Rua), Carlos Ricardo também acredita que há influência de redução de registros nos números do

CadÚnico. "Há um relato praticamente unânime de aumento entre quem trabalha com a população em situação de rua", argumenta.

Procurado, o Ministério da Cidadania, responsável pelo CadÚnico, não explicou essa queda recente e esclareceu que a inserção de famílias no cadastro é feita pelas gestões municipais por meio da autodeclaração do responsável familiar. Além disso, destacou que o número de famílias cadastradas não representa a totalidade de pessoas em situação de rua no país.

A inclusão de novos perfis entre os que sobrevivem nas mas também é apontada por um dos líderes do Movimento Nacional da População em Situação de Rua, Vanilson Torres. O público era marcado principalmente por conflitos familiares e problemas de saúde mental e vícios com drogas e saúde mental, diz ele, mas muda com a crise econômica provocada pela pandemia e a ausência de políticas públicas. "A pandemia escancarou as desigualdades da população em situação de rua. E há um exército de famílias vivendo nas mas por não ter condições de arcar com aluguel", aponta.

Um levantamento do programa Canto da Rua Emergencial - realizado pela Pastoral do Povo da Rua no Centro de Belo Horizonte (MG) em parceria primeiro com o Instituto Unibanco e agora com a prefeitura da cidade - mostra a participação desses novos sobreviventes das ruas no total deste grupo. O dado se restringe ao programa, mas sinaliza uma situação que pode se refletir em outras partes do país.

De janeiro a maio de 2021, mais da metade (54,6%) das pessoas que receberam atendimento no projeto estão nas ruas há menos de um ano, ou seja, após o início da pandemia. Um quarto (26,33%) chegou há menos de um mês, 9,86% estão entre um e três meses, 7,72% têm entre três meses e seis meses e 10,68% entre seis meses e um ano. "Todo dia chegam pessoas novas às atas", afirma a Irmã Cristina Bove, que coordena o projeto.

Muitos dos novatos das ruas foram despejados de suas casas por não terem condições de arcar com os custos de aluguel. Segundo a Campanha Despejo Zero, quase 18 mil famílias (17.752) foram removidas de suas casas desde março de 2020, com destaque para São Paulo (3.970), Amazonas (3.028), Pernambuco (1.325) e Rio de Janeiro (1.042). Além disso, quase 90 mil (89.771) famílias estão ameaçadas de despejo atualmente.

Entre os pesquisadores e profissionais que trabalham com a população em situação de rua, a demanda é por políticas diversificadas, que atendam aos

diferentes perfis desse grupo e que sejam capazes de auxiliar na saída dessas pessoas das ruas.

"Na minha avaliação, são necessárias políticas plurais, com diferentes ofertas, para diferentes situações. Entre as iniciativas importantes estão abrigos, aluguel social, requalificação profissional, Moradia Primeiro e um programa de renda mínima", defende Pedra.

Moradia Primeiro é a tradução de "Housing First", um modelo de política para a população em situação de rua adotado em outros países que prevê que a oferta de moradia deve ser o primeiro passo na política voltada a este grupo, que a partir daí poderá retomar ao mercado de trabalho e ao convívio social. Esta é uma das bandeiras, por exemplo, do Grupo de Trabalho Rua, da Defensoria Pública da União, coordenado pela defensora Maria do Carmo Goulart Martins Setenta.

Carlos Ricardo, do Ciamp-Rua, explica que já existem projetos pilotos nesta linha no Brasil, no Rio Grande do Sul e no Paraná, e que este pode ser um caminho de política para que essas pessoas possam efetivamente superar a condição de rua. "No mundo todo, de 80% a 95% das pessoas que participam de projetos do tipo permanecem pelo menos dois anos, uma taxa de sucesso. E os pilotos no Brasil estão nessa média", diz.

Sem R\$ 400 para aluguel, ambulante vira sem-teto e busca sustento no lixo

Luciana Almeida Cerqueira é uma das brasileiras que foram parar nas ruas depois do início da pandemia. Ela trabalhava como ambulante no bairro de Icaraí, em Niterói (RJ), vendendo doces de segunda a sexta-feira, das 12h às 20h, e até contribuía como autônoma para o **INSS**. Quando veio a pandemia, o comércio fechou e seus clientes sumiram. Sobreviveu por algum tempo com o pouco que tinha guardado em uma poupança, mas depois não conseguiu mais bancar o aluguel de R\$ 400 por mês da casa em que vivia com os cinco filhos em uma comunidade de São Gonçalo, cidade vizinha.

Resistiu o quanto pôde e só saiu quando o proprietário tirou as telhas da casa. Sem ver alternativa, deixou quatro filhos com a irmã e um com o pai e foi viver nas ruas do Centro do Rio. "Rua não é lugar para criança", diz ela, que hoje sobrevive de doações e ganha R\$ 20 por semana com reciclagem de papelão, a R\$ 0,50 o quilo. Quando consegue algum dinheiro para o transporte, visita os filhos. "Eu tinha minha banca e perdi tudo. Hoje eu vivo do lixo. Minha vida foi destruída por essa doença. Ela me deixou no chão." Das ruas, o que mais tem medo é da noite e da violência. Já foi agredida e quase estuprada.

Encontrou um companheiro na rua que protege seu sono, segundo ela, ao ficar acordado enquanto ela dorme. Na rua, ficou grávida novamente e teme pelo futuro do bebê. "A madrugada é triste, não quero isso para ninguém. Você pode estar dormindo e alguém te tacar fogo, outras pessoas fazerem mal... Não vou deixar meus filhos assim", afirma.

No dia a dia, circula principalmente pelo Centro do Rio em busca de material para reciclagem. Mantém o hábito do banho diário, seja no banheiro público do Largo da Carioca ou no chafariz do Museu de Arte Moderna do Rio (MAM). Almoça quase diariamente na tenda do Serviço Franciscano de Solidariedade (Seiras) montada no Largo da Carioca e cozinha usando a lata de milho como panela quando consegue outras doações. "Só meu garimpo não dá".

Ela sonha com ajuda para conseguir recomeçar a vida como ambulante e voltar a ter um teto. "Não tenho saída ainda, para vender [doces] alguém tem que me dar a mão. Para eu juntar tudo de novo, preciso de dinheiro para comprar as mercadorias que eu vendia."

Ações sociais permanecem como alívio para a fome

Quase um ano e meio depois do início da pandemia, muitos dos trabalhos de distribuição de quentinhas criados como ações emergenciais se mantêm para um público que vai muito além da população em situação de rua. O grupo nas filas por comida inclui desde aqueles que vivem há anos nas ruas e os recém-chegados, até a desempregados, aposentados e pessoas cuja renda não é suficiente para bancar totalmente seu custo de vida.

Em São Paulo, o Movimento Estadual da População em Situação de Rua trabalhava até março do ano passado com apoio para emissão de documentos e cursos de qualificação profissional. Logo no início da pandemia, no entanto, se mobilizou para distribuir quentinhas. Ainda hoje mantém o serviço, que oferece entre 750 e 800 refeições por dia em sua sede na Sé, sendo metade fornecida pela Prefeitura de SP. O restante é produzido por uma equipe de três pessoas, liderada por Robson Cesar Corrêa de Mendonça, a partir de doações de alimentos recebidas de diferentes grupos.

"Já chegamos a servir mais de 2 mil refeições por dia, mas as doações diminuíram e não conseguimos manter esse número. Muita gente veio parar nas ruas depois da pandemia. Não temos números oficiais, mas nossa percepção é de um aumento de 50%", diz.

Com uma estrutura maior, o Serviço Franciscano de Solidariedade (Sefras) montou tendas no Largo de São Francisco (SP) e no Largo da Carioca (RJ) para

atender a aumento da demanda por alimentos. As tendas complementam um serviço de atendimento que já estava presente no chamado Chá do Padre, o Centro Franciscano de Proteção e Atendimento à População de Rua.

A média de cerca de 400 atendimentos por dia triplicou depois do avanço da pandemia e decidiu-se pela montagem dessas tendas.

No Rio, a fila no Largo da Carioca começa por volta das 11h. Mais perto do meio-dia, são distribuídas as pulseiras para identificar os que receberão as quentinhas do Sefras, com arroz, feijão, verdura e alguma proteína.

Na cidade, são cerca de 90 voluntários que se revezam para garantir a produção das refeições, além da organização de outras doações, como roupas.

"Vimos um aumento crescente da procura, com muitas pessoas que não têm mais condições de pagar aluguel indo parar nas ruas. São famílias inteiras, idosos.... Há uma diversidade maior de perfis hoje nas ruas. Mas também somos procurados por pessoas que precisam escolher entre pagar o aluguel ou a comida", explica a gestora de Programas do Sefras, Rosângela Pezoti.

O aposentado Francisco das Chagas Vitor, de 68 anos, era um dos que estavam na fila do Sefras na semana passada. Sua aposentadoria é de um salário mínimo, mas recebe apenas R\$ 800 por causa de um empréstimo consignado feito no passado.

Precisa pagar aluguel de R\$ 600 e pouco sobra para as demais despesas, mesmo com a ajuda do filho, que trabalha no comércio. "Fiquei sabendo das quentinhas e decidi vir. A comida está cada dia mais cara", conta ele.

A distribuição de alimentos também entrou no rol de atividades do Projeto Ruas (Ronda Urbana de Amigos Solidários), até então focado em atividades para gerar oportunidades de vida, como rodas de conversas, desenvolvimento de currículos, busca de parentes e conexão com serviços de assistência social.

"Desde o ano passado, começamos serviços de caráter mais emergencial, de redução de danos da pandemia, com a distribuição de alimentos", explica a gestora executiva do Projeto Ruas, Larissa Montei.

Site:

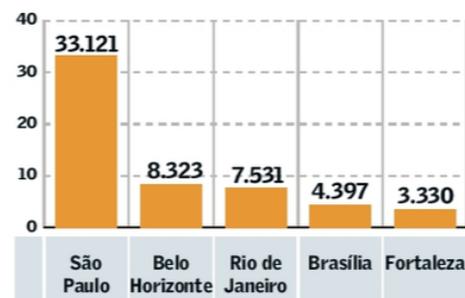
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186981?page=1§ion=1

Os números no país

Total de famílias em situação de rua no CadÚnico



As cinco cidades com maior nº de famílias nesta situação



Fonte: CadÚnico / Ministério da Cidadania

Mercado torce nariz

No mercado financeiro, as discussões sobre a **reforma tributária** estão reverberando negativamente. Além das novas regras e alíquotas para ativos financeiros, a taxa de dividendos é o principal ponto de inflexão entre investidores, que consideram alta a alíquota de 20% prevista no PL 2.337. A economista-chefe da Reag Investimentos, Simone Pasianotto, explica que, de forma geral, o projeto tem sido visto com maus olhos.

"A nossa carga tributária é diferente dos outros países. O argumento de que somos um dos únicos países que não tributam lucros e dividendos é fraco. Temos uma estrutura tributária muito pesada e isso está incomodando o mercado", pontuou, ao explicar que as incertezas em torno da reforma têm contribuído para o resultado negativo do índice Ibovespa nos últimos dias.

Já Renan Silva, gestor da BlueMetrix Ativos, também defende a necessidade da reforma e considera naturais as insatisfações de investidores com as novas regras. Nesse sentido, vê como um exagero que investidores decidam retirar seu capital do país por impulso, com receio dos efeitos da **reforma tributária** - para ele, fatores políticos, como a CPI da Covid e a insinuação de golpe de Estado pelo presidente Jair Bolsonaro, fomentam o cenário negativo.

Ele acredita que a taxa de dividendos será positiva e fará as empresas reinvestirem seus lucros, como pretende o Ministério da Economia. "Se o recurso vai para investimento, a empresa cresce e expande. O segmento fica descontente por ter que começar a pagar **tributos** em dividendos, mas não tem como agradar a todos. Se são criadas mais condições para a empresa crescer, a tendência é receber o dividendo numa base maior, já que mais negócios podem ser feitos, gerando mais lucros. Uma empresa que investe bem tem ganhos de capital maiores", completou. (IM)

Reforma tributária esbarra em impasse

» *Israel Medeiros*

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), prometeu, mais uma vez, que a Casa vota o PL 2.337/2021, da **reforma tributária**, nesta semana. A apreciação do projeto de lei que altera o Imposto de Renda de pessoas físicas e jurídicas, taxa lucros e dividendos e cria regras para a tributação de investimentos está marcada para hoje, na sessão deliberativa marcada para as 15h. Esta é a segunda semana seguida que Lira cria expectativas para a apreciação do PL, que chegou a prever que poderia ter sido aprovado antes do recesso parlamentar. Porém, se antes não havia acordo - e muito menos consenso - sobre os principais pontos da reforma, tampouco a situação mudou agora.

O parecer do deputado Celso Sabino (PSDB-PA) ao PL está na quarta versão em menos de dois meses. Nesta última, ele fez novas alterações na alíquota do IR de Pessoas Jurídicas, que terá uma redução de 8,5 pontos percentuais, passando dos atuais 15% para 6,5% em 2022. Na versão anterior, estava prevista uma segunda redução em 2023, para 5,5%.

Na tributação de empresas, ele manteve a diminuição de 1,5 ponto percentual na Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), que passa dos atuais 9% para 7,5% em 2022. Também foi mantida pelo relator a alíquota adicional de 10% do IRPJ para lucros que excedam R\$ 20 mil. A tributação em 20% na distribuição de lucros e dividendos, como prevista no texto enviado pelo governo, também fica mantida, contrariamente àquilo que defendem diversos grupos de empresários e representantes do mercado financeiro.

O relator, no entanto, fez modificações no projeto enviado pelo Ministério da Economia para isentar empresas com lucro anual de até R\$ 4,8 milhões da taxa de distribuição de dividendos. No caso das pessoas físicas, o aumento da faixa de isenção do IR, dos atuais R\$ 1,9 mil para R\$ 2,5 mil, também estão mantidos por Sabino.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) emitiu nota, ontem, em que considera "inaceitável" a aprovação do projeto nos atuais termos. Para o presidente da entidade, Robson Braga de Andrade, o novo texto eleva a carga tributária de pessoas jurídicas dos atuais 34% para, no mínimo, 39,2%. Ele destaca que se a redução da CSLL (que está condicionada a um aumento de arrecadação) não for efetivada, a

tributação pode passar de 40% a partir de 2023.

"Ao longo dos dias, novas concessões foram feitas a determinados segmentos, e compensadas na alíquota de IRPJ/CSLL sobre o lucro não distribuído. O resultado é o aumento da carga tributária sobre o investimento produtivo que pode chegar a 40,4%", salientou a CNI.

Desestímulo

Para Mírian Lavocat, presidente da Comissão da **Reforma Tributária** da OAB-DF, outra preocupação é o fim dos Juros sobre Capital Próprio (JCP) - ferramenta de pagamento de lucros a acionistas em que é possível descontar menos **impostos** -, incluído por Sabino no texto. "Nessa última versão, ele tira o JCP, um benefício que nós sabemos que é uma jabuticaba, mas foi criado num momento em que a Selic estava em 18%. Acabar com isso é um desestímulo ao próprio investimento. Fica complicado para o acionista", disse a tributarista.

Lavocat também critica os gatilhos colocados por Sabino em seu parecer, que condicionam a redução dos **tributos** de empresas à arrecadação. "Como você faz o planejamento do seu negócio sem saber se vai aumentar ou diminuir? Ele vai desvirtuando a proposta a cada momento e fazendo remendos que não vão resolver os litígios. E o fato de ele atrelar redução da alíquota à arrecadação é um absurdo. A insegurança que vivemos vai continuar", alertou.

Já João Cipriano, sócio da área tributária do Miguel Neto Advogados, explica que a alíquota de 6,5% no IRPJ está em linha com o que é praticado em países desenvolvidos. Mas ele aponta que, com a tributação de dividendos em 20%, a carga tributária das empresas aumenta. "Teríamos que considerar mais a alíquota dos dividendos, de 20%, que acaba ficando majorada pelo fato de que você acaba com a possibilidade de pagamento de juros sobre capital próprio, uma importante ferramenta", observou.

Ele ressalta que a tributação de lucros e dividendos é uma tendência e é preciso considerar que o Brasil é um dos poucos países onde não há tributação nessa modalidade. Por outro lado, se considerados todos os **impostos** pagos por pessoas jurídicas, há, conforme observou, uma "explosão" da carga tributária.

Principais mudanças propostas pelo PL 2.337/2021



- 1.** A faixa de isenção do Imposto de Renda de Pessoas Físicas (IRPF) aumenta para R\$ 2,5 mil mensais, reduzindo, também, as alíquotas pagas pelas demais faixas de renda;
- 2.** Fim da declaração simplificada do IRPF para aqueles que recebem acima de R\$ 40 mil por ano (R\$ 3,33 mil por mês), o que resulta em aumento da carga tributária para estes;
- 3.** O relator retirou do texto a previsão de redução da alíquota base do IRPJ dos atuais 15% para 5,5% em 2023. Dessa forma, a redução ocorrerá apenas em 2020, quando passa a ser de 6,5%;
- 4.** Redução da alíquota de Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) em 1,5% a partir de 2022, passando de 9% para 7,5%;
- 5.** Fim dos Juros sobre Capital Próprio (JCP), que hoje são utilizados para remuneração de acionistas e têm imposto retido na fonte;
- 6.** Tributação da distribuição de dividendos em 20%. Ficam isentas empresas tributadas com base no lucro presumido e faturamento anual até R\$ 4,8 milhões;
- 7.** O texto contempla novos tipos de Distribuição Disfarçada de Lucros para evitar sonegação e abre uma janela para tributar lucros auferidos no exterior;
- 8.** Lucros e dividendos recebidos por fundos de investimento serão tributados na fonte em 5,88%

Fonte: PL 2.337/2021

Caminhoneiros admitem parar se protesto incluir demanda

Filipe Oliveira

Líderes dos caminhoneiros disseram que só haverá adesão à paralisação no dia 7 de setembro, convocada pelo cantor e ex-deputado federal Sérgio Reis, se os protestos incluírem as demandas da categoria.

Com liderança descentralizada, os caminhoneiros tentam realizar mobilizações ao longo deste ano, sem sucesso, contra o aumento no preço do combustível e em defesa da tabela com pisos mínimos de frete.

A convocação para o 7 de setembro, porém, recebeu críticas dos trabalhadores. Eles consideraram que as pautas não correspondem a suas necessidades.

O protesto, segundo vídeo divulgado por Sérgio Reis, seria favorável ao presidente Jair Bolsonaro (sem partido) e defenderia a destituição de ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) e o voto impresso.

José Roberto Stringasci, presidente da ANTB (Associação Nacional de Transporte do Brasil), afirma que a ação pode receber apoio dos caminhoneiros, se incluir os pleitos da categoria. "Só vou apoiar como brasileiro e representante da categoria se o pessoal que está organizando colocar nessa pauta uma mudança na política dos preços dos combustíveis e uma reforma tributária já", disse em áudio enviado à reportagem.

Em grupos de WhatsApp, Stringasci distribuiu áudios dizendo que representantes do agronegócio, que não se sentem confortáveis em convocar uma paralisação, estão usando os caminhoneiros autônomos para viabilizar o protesto.

Em manifestações anteriores, ocorreu um racha entre entidades do setor agropecuário. Enquanto algumas chegaram a apoiar abertamente os caminhoneiros, uma boa parte se declarou impedida de fazer parte ou mesmo apoiar publicamente mobilizações do gênero.

Em vídeo, Marcelo da Paz, que atua na região do porto de Santos, em São Paulo, também disse que a proposta de paralisação, da forma como foi feita, não favoreça a categoria. O caminhoneiro diz ver no protesto uma articulação do agronegócio contra o STF como forma de retaliar a paralisação pelo tribunal de

obras da Ferrogrão, linha que ligaria o Mato Grosso a porto no Pará para escoamento da soja.

Em março, o ministro Alexandre de Moraes, do STF, suspendeu em liminar uma lei do governo Michel **Temer** que alterava os limites da Floresta Nacional do Jamanxim, no Pará -uma mudança que viabilizaria a passagem da Ferrogrão. A discussão ambiental envolvendo a ferrovia agora deixa incerto o traçado dessa obra, defendida pelo Ministério da Infraestrutura e considerada vital para o agronegócio.

Por outro lado, Paz diz que aceitaria participar da paralisação se as entidades do agronegócio desistissem da ação que movem no STF contra a tabela do frete.

Nelson de Carvalho Júnior, de Barra Mansa (RJ), diz que, caso os pedidos dos caminhoneiros fossem incluídos na paralisação, as lideranças precisariam se reunir para decidir o que fazer.

Por enquanto, ele diz considerar que há uso político da categoria. Ele reclama que, enquanto agora há incentivo à manifestação, outras tentativas de paralisação da categoria sofreram repressão policial.

Parte do grupo, porém, diz que se manterá contra a paralisação, mesmo que caminhoneiros sejam ouvidos por quem comanda a convocação.

Dodô, apelido de Salvador Edimilson Carneiro, do norte da Bahia, diz ver na convocação uma ação desesperada do governo.

"Na verdade é uma tentativa de golpe do governo. A única saída que o governo tem é tentar um golpe envolvendo a categoria, com pessoas que não tem nada a ver com a categoria.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>
40

Dólar vai a R\$ 5,28, e Bolsa cai 1,7% com Afeganistão, China e tensões políticas

Isabela Bolzani

As incertezas do cenário doméstico somadas aos recentes noticiários internacionais fizeram com que a Bolsa de Valores brasileira perdesse o patamar de 120 mil pontos nesta segunda-feira (16). O Ibovespa, principal índice acionário do país, encerrou em queda de 1,66%, aos 119.180 pontos, no pior patamar desde maio.

No Brasil, continuam a repercutir entre investidores as desavenças entre o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) e o STF (Supremo Tribunal Federal). Dúvidas sobre como o governo deve lidar com as questões fiscais em torno do orçamento para 2022 e as discussões em relação à **reforma tributária**, que pode ser votada ainda nesta semana, também seguem no radar.

"Entre os pontos que preocupam o mercado está essa reforma [tributária], que é extremamente populista e que ao invés de simplificar a vida do contribuinte brasileiro, complica e, provavelmente, ainda sobe carga tributária", afirmou o economista-chefe da Integral Group, Daniel Miraglia.

"O mercado também deve acompanhar de perto a questão institucional, com o embate entre o Judiciário e o Executivo. Isso também tem criado no mercado um receio de instabilidade institucional e tem gerado incertezas sobre o que pode acontecer ao nos aproximarmos das eleições de 2022", completou Miraglia.

No sábado (14), um dia depois da prisão de Roberto Jefferson, presidente nacional do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), Bolsonaro afirmou que pedirá ao Senado a abertura de processos de impeachment contra os ministros Alexandre de Moraes e Luís Roberto Barroso, do STF. Barroso também preside o TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

Nesta segunda (16), o vice-presidente Hamilton Mourão disse que acha difícil que o Senado aceite o pedido de impeachment, mas defendeu o direito de Bolsonaro de agir contra os ministros.

Para Rafael Ribeiro, analista da Clear Corretora, outro ponto que também repercutiu no ambiente doméstico foi o aumento das projeções para a taxa básica de

juros Selic no último relatório Focus, do Banco Central, divulgado nesta segunda (16).

"A curva de juros segue ganhando força diante dos ruídos políticos e dos temores quanto ao rumo do fiscal, fator que, somado ao ritmo da **inflação**, elevou mais uma vez a expectativa para Selic", afirmou.

A projeção saiu de 7,25% para 7,50% ainda neste ano. A expectativa para a **inflação** também teve uma nova alta e saiu de 6,88% para 7,05% em 2021. A curva de juros para quatro anos subiu de 9,54% ao ano para 9,76% na comparação intraday (período de um dia de negociação).

Nos mercados internacionais o dia também foi marcado por uma alta volatilidade. Em parte, o mercado repercutiu os dados industriais e de consumo divulgados pela China, que vieram abaixo do esperado.

"Isso fez com que as Bolsas mundiais fossem puxadas para baixo, talvez indicando uma desaceleração ou uma entrega menor do que a prevista para o nível pós-pandemia. O mercado também acompanha o desenrolar da variante delta do coronavírus ao redor do mundo", afirmou o especialista da Valor Investimentos Davi Lelis.

Outro ponto relevante que mexeu com as Bolsas em Wall Street foi a tomada de poder do Afeganistão por parte do Taleban, grupo que virou sinônimo de radicalismo fundamentalista islâmico.

No domingo, as tropas do Taleban entraram em Cabul pela primeira vez desde 13 de novembro de 2001, quando tiveram de se retirar da capital sob as bombas americanas e britânicas, que abriram caminho para as forças da chamada Aliança do Norte.

Segundo Lelis, a volatilidade vista nos índices americanos acabou repercutindo uma certa especulação sobre qual seria o posicionamento da potência mundial em relação à tomada de poder no Afeganistão.

"Os Estados Unidos vinham retirando tropas do Afeganistão e, agora, especula-se qual será o posicionamento do país nessa nova fase, depois de o presidente [afegão] ter sido deposto e de acomodação

de um governo mais extremista", afirmou.

No final da tarde desta segunda-feira (16), em seu primeiro pronunciamento sobre o caso, o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, lavou as mãos sobre a tomada de poder no Afeganistão.

Biden reafirmou sua decisão de retirar as tropas americanas do país e atribuiu a culpa do colapso ao governo e aos militares afegãos.

"Os líderes do país fugiram. Isso comprovou que não devemos estar lá. Não devemos lutar e morrer em uma guerra que os afegãos não querem lutar. Demos a eles todas as chances que podíamos, mas não podíamos dar a vontade de lutar", disse Biden, em discurso na Casa Branca, nesta segunda (16).

Ao final da sessão, os índices Dow Jones e S P se recuperaram das perdas vistas no início do dia e atingiram novas máximas recordes. Os índices encerraram com ganhos de 0,31% e 0,26%, respectivamente. O Nasdaq Composite fechou em queda de 0,20%.

Por aqui, entre os destaques negativos do Ibovespa, ficaram as ações da Petrobras, que caíram 1,47% (ordinárias, com direito a voto) e 1,53% (preferenciais, sem direito a voto), refletindo a queda nos preços do petróleo no exterior. Os dados chineses também trouxeram baixas para o setor de mineração e siderurgia. Usiminas caiu 4,96%, seguida por Gerdau e CSN, com quedas de 3,13% e 2,72%, respectivamente.

A elevação das projeções para a Selic também refletiu em queda no setor financeiro. Itaú caiu 1,15%, seguido por Bradesco e Santander, que recuaram 0,82% e 0,29%, nesta ordem.

No câmbio, o dólar encerrou em alta de 0,66%, a R\$ 5,2810. Além de repercutir os maiores ganhos da divisa no exterior, a valorização da moeda americana ante o real também refletiu uma maior aversão ao risco diante das tensões políticas e fiscais do cenário doméstico.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

40

Retorno de riscos fiscais e políticos - MÍRIAM LEITÃO

MÍRIAM LEITÃO

O secretário de Fazenda de São Paulo, e ex-ministro, Henrique Meirelles, acha que há um perigo real à democracia brasileira nas ameaças do presidente Bolsonaro. "Aconteceu nos Estados Unidos e lá as instituições resistiram". Na gestão da economia, ele define a proposta de adiamento dos precatórios como "calote técnico" e diz que a credibilidade fiscal está em risco. Ele foi presidente do Banco Central durante o governo Lula e disse que teve total autonomia, mas, ao avaliar a candidatura do ex-presidente, afirmou que "depende de como elevai se posicionar na área econômica".

Nessa soma de riscos institucionais, fiscais e até tributários, Henrique Meirelles disse que o país está afastando o investidor. O impacto de todas essas incertezas se vê na curva de juros longa. Em conversa com a coluna, sobre política e economia, ele criticou também a reforma do Imposto de Renda, porque simplesmente não é a reforma necessária:

-Uma das principais motivações de uma **reforma tributária** seria diminuir a complexidade e existem dois projetos no Congresso tratando da unificação dos **impostos** de valor adicionado. Pela primeira vez em 30 anos os estados haviam chegado num acordo sobre isso. O governo deixa isso de lado e faz uma proposta que visa aumentar a arrecadação do governo federal.

A proposta retira dinheiro dos estados, mas tem também, na visão de Meirelles, outros equívocos:

-No momento em que se taxa os dividendos é uma falácia dizer que está taxando os super-ricos. O Brasil tem uma grande base industrial que foi construída com investimento estrangeiro, temos US\$ 70 bi de investimento por ano. São fundos de investimento, fundos de pensão. Não são os super-ricos. Se uma empresa alemã, japonesa, americana investe no Brasil e tem 100 milhões de acionistas, tem investidor de todo nível de renda. E investimento precisa de retorno.

Meirelles era presidente do Banco Central quando o Brasil atingiu o grau de investimento, que depois perdeu. Quando virou ministro do governo **Temer**, aprovou o teto de gastos. Acha que o risco está voltando:

-Nós conquistamos a duras penas, trabalhando muito, em 2008, o grau de investimento. Isso teve um enorme ganho para o país. Cai o risco-país, cai a taxa neutra de juros e com isso o BC pode controlar a **inflação** com juros mais baixos. Depois perdemos a credibilidade fiscal com a expansão do gasto público de 2011 a 2016. Foi necessária a aprovação do teto de gastos. Agora estamos vendo uma combinação de expansão de gastos e um calote técnico.

Ele nega que o aumento do volume de precatórios tenha sido um meteoro, porque, se o governo não o esperava é porque "simplesmente não estava se planejando bem":

-O meteoro em si dá pra ver. Hoje os astrônomos conseguem prever com certa antecedência a sua trajetória. Quando o meteoro veio na época dos dinossauros eles não previram isso. Mas precatórios não acontecem de repente, como se centenas, milhares de juizes do Brasil inteiro tomassem decisões simultâneas contra o governo.

Meirelles diz que o estado de São Paulo fechou 2020 com crescimento de 0,3% e este ano pode crescer mais de 7%, puxado pela indústria e os setores financeiro e de tecnologia. Sobre as eleições de 2022, não quis dizer em quem votaria num segundo turno, se for entre Lula e Bolsonaro, porque, segundo conta, "há a possibilidade de haver uma terceira via". Lembrou que Lula escreveu a carta aos brasileiros e realmente a cumpriu, pelo menos nos primeiros anos:

-Agora está cedo para saber o posicionamento do Lula, porque com essa polarização ele está polarizado à esquerda, fazendo o discurso tradicional do PT.

Disse que teve total autonomia ao exercer suas funções de presidente do BC no governo Lula, apesar de a proposta de independência do BC não ter sido enviada. Acha que no caso de Bolsonaro as instituições têm defendido a democracia. Mas avalia que risco institucional num país de democracia recente existe. "Vamos definir até que ponto ele (Bolsonaro) está falando sério, que vai tentar um golpe, ou se está mobilizando a sua base radical. Mas se ele está falando, não se pode simplesmente descartar."

Outro risco que retoma é o da **inflação**. Como outros

economistas, acha que o Banco Central ficou atrasado no combate aos efeitos da elevação dos preços. O resultado será o Brasil terminar o ano com estouro da meta. Diz que, como ex-presidente do BC, não gosta de fazer previsões sobre a Selic, mas não tem dúvida de que o Copom terá que continuar elevando os juros.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Pacto Mercosul-UE é muito mais vantajoso para o Brasil do que acordo com a China, afirma economista

No primeiro semestre de 2021, a balança comercial brasileira teve um superávit de US\$ 37,5 bilhões (aproximadamente R\$ 197,7 bilhões) e a corrente de comércio (exportações mais importações) do Brasil com o mundo foi de US\$ 236,1 bilhões (R\$ 1,2 trilhão). Desse total, 65% foram de exportações para os cinco grandes parceiros comerciais: China, União Europeia (UE), EUA, Mercosul e Japão, mostra levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

A China deslocou a UE como destino das exportações brasileiras, tornando-se, desde 2019, o principal mercado externo do Brasil e também origem das importações do país. No primeiro semestre de 2021, o país asiático foi destino de nada menos que 35% dos produtos brasileiros vendidos ao exterior, lê-se no **comunicado** da CNI.

Pandemia e exportações recordes

O valor de US\$ 236,1 bilhões (R\$ 1,2 trilhão) da corrente de comércio foi recorde para o período e deve alcançar US\$ 500 bilhões (R\$ 2,6 trilhões) até o fim do ano, o que será, caso se confirme, também um recorde.

Embora genericamente a pandemia de covid-19 seja negativa para a economia, Fábio Bentes explica que alguns fatores favoreceram o bom desempenho da balança comercial brasileira.

A conjuntura favoreceu as vendas externas do Brasil de duas formas: o real se desvalorizou bastante desde o início da pandemia [...] e isso estimulou as vendas externas. Um outro ponto positivo foi a variação do preço das commodities [...]. O preço do barril de petróleo internacional ao longo desse ano já subiu 38% , diz Fábio Bentes, economista sênior da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), em entrevista à agência de notícias Sputnik Brasil.

O economista destaca ainda que Ásia e a UE lideram o processo de recuperação da economia global e isso favorece o Brasil. Os países asiáticos absorveram 49% das exportações do Brasil no primeiro semestre.

[Temos uma] recuperação de parceiros comerciais importantes, um mercado interno ainda pouco aquecido, então boa parte dos produtos que eventualmente poderiam abastecer o mercado interno trazem uma rentabilidade maior para o produtor se essas mercadorias forem exportadas. Essa é uma tendência para este ano, esse dado do primeiro semestre reforça a expectativa de que estamos diante de um ano com superávit recorde no comércio exterior brasileiro.

Fábio Bentes frisa ainda o desempenho do setor agropecuário, que foi o setor que mais avançou desde o início da pandemia na formação do Produto Interno Bruto do país.

De fato, as exportações do agronegócio do Brasil atingiram US\$ 11,29 bilhões (R\$ 59,5 bilhões) em julho, alta de 15,8% em relação ao mesmo mês do ano passado. Dessa forma, o agronegócio contribuiu com participação de 44,2% nas exportações totais brasileiras em julho, informou o Ministério da Agricultura.

Desafios para expandir

Nos últimos 25 anos, o comércio exterior brasileiro mudou de patamar por causa da demanda da China. Fábio Bentes comenta que o comércio com a China é muito bem definido, com o Brasil exportando basicamente minérios e alguns produtos agrícolas para a China e importando produtos manufaturados. Mas o especialista salienta que o Brasil precisa diversificar a pauta de comércio com a China.

Porque a China é a economia que mais cresce no mundo neste século [...]. O país está em processo de enriquecimento e um país rico tende a demandar mais produtos manufaturados, mais serviços. A gente teve tempo para construir uma relação comercial robusta com a China, o que precisa agora é pensar menos na quantidade, no montante comercializado, e mais na diversificação desses produtos. A China, seguramente, vai demandar, nos próximos 20 anos, produtos diferentes desses que o Brasil exporta , alerta.

Diversificar a pauta de exportações deveria ser uma

prioridade, assim como diversificar parceiros, ressalta o economista. Atualmente, mais de 80% das exportações brasileiras são concentradas em 3 produtos: soja, minério e petróleo.

Outro ponto que o Brasil precisa dar mais atenção é ao acordo UE-Mercosul. O especialista recorda que o bloco europeu é o segundo principal parceiro comercial do país e que, por diversos motivos, como a pandemia do novo coronavírus e declarações e ações do governo Bolsonaro, a negociação se encontra travada.

Esse acordo Mercosul-UE ficou travado por 20 anos. Tivemos a possibilidade de destravar [...]. Mas infelizmente, por conta da pandemia e das controvérsias do governo brasileiro [...] o acordo não caminhou. Seria importante destravar [...]. É um acordo muito complexo, precisa ser aprovado por cada país-membro da EU e cada país-membro do Mercosul. É uma negociação complexa, mas do ponto de vista de rentabilidade, de retorno dessa negociação, não há dúvida nenhuma de que o acordo com a UE é muito mais vantajoso para o Brasil do que o acordo com a China.

Entraves estatais

Fábio Bentes considera que o Custo Brasil, ou seja, os altos **impostos**, a infraestrutura obsoleta, a alta carga tributária, a burocracia excessiva para exportar e mesmo para vender no mercado interno são alguns dos problemas que impedem uma maior inserção do país no comércio exterior.

[Há] problemas estruturais, problemas de logística, falta de competitividade [...]. O Brasil tem um custo de logística muito elevado. A gente costuma dizer que da porteira para dentro da fazenda o Brasil é extremamente competitivo. O grande problema é escoar essa produção, é fazer frente à carga tributária, que é elevadíssima, aumentar a produtividade no Brasil [...]. Produzir no Brasil ainda é muito caro, a não ser que você tenha vantagens competitivas como essas do agronegócio, por exemplo , comenta.

O especialista recorda que está sendo discutida no Congresso uma **reforma tributária**, que pode resultar em um Estado que tenha um peso menor na vida dos brasileiros, dos empresários e dos exportadores. Atualmente, o Estado pode ser visto no Brasil como um sócio que detém um terço da riqueza gerada pelos setores econômicos e isso naturalmente tira a competitividade do Brasil [...]. Vai ter que ser uma **reforma tributária** eficiente para que se estimule mais as exportações no Brasil , afirma.

Fábio Bentes assinala que o Brasil possui um

problema histórico de inserção no comércio internacional, uma vez que o país figura entre as 12 principais economias do mundo e responde nos últimos anos por apenas 1,5%, em média, do mercado exterior.

O Brasil ainda é um país fechado. Não por força de lei, mas força de uma certa ineficiência nas nossas construções internacionais. Importar no Brasil é muito caro, exportar também é caro. Isso dificulta muito o desenvolvimento do nosso comércio exterior.

O economista sênior da CNC conclui citando um exemplo de sucesso que poderia ser replicado:

A siderurgia brasileira conseguiu entrar nos EUA apesar das naturais barreiras impostas pelo governo local. Porque a siderurgia brasileira é muito produtiva se comparada com a norte-americana. É um excelente exemplo de que, quando o governo brasileiro facilita o acesso a mercados, o setor privado dá conta de se tornar produtivo e conquistar mercados. Não é fácil entrar no mercado norte-americano, existe protecionismo ali também, mas no caso da siderurgia é um caso muito bem-sucedido nas últimas décadas , comemora. (com agência Sputnik Brasil)

Site: <https://www.jb.com.br/economia/2021/08/1032229-pacto-mercossul-ue-e-muito-mais-vantajoso-para-o-brasil-do-que-acordo-com-a-china-afirma-economista.html>

A reforma do IR: ceticismo na Câmara

Arthur Lira prometeu a votação da reforma no Imposto de Renda para a semana passada. Não rolou. Agora, promete para essa. Um deputado que acompanha de perto os passos do projeto, no entanto, é cético:

- Não tem um só setor que esteja defendendo este texto. Ainda terá que ser muito modificado para passar. O sentimento aqui é que a votação terá que ser adiada mais uma vez.

VEJA AINDA: Entidades se unem em crítica à **Reforma Tributária** do governo e querem audiência com Lira sobre o tema

Arthur Lira esquece os nomes dos generais de Bolsonaro. Veja o vídeo

Rodrigo Pacheco vai botar a **Reforma Tributária** do Senado para andar

Site: <https://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/reforma-do-ir-ceticismo-na-camara.html>

AGU faz novos alertas, e governo vê mais gastos bilionários com precatórios em 2023

Fábio Pupo

Após receber uma conta de R\$ 90 bilhões a ser paga em 2022 em razão de derrotas judiciais e propor um parcelamento dos valores, o governo já é alertado para a iminência de novos reveses nos tribunais com prejuízos bilionários.

É vista pela AGU (Advocacia-Geral da União) como provável a perda de R\$ 14,1 bilhões em um conjunto de dez ações em discussão na Justiça.

A conta atualizada foi repassada ao Ministério da Economia na semana passada e deve ser sentida pelo Tesouro Nacional a partir de 2023.

Os valores, caso confirmados, deverão ser pagos a estados por disputas de valores sobre o Fundef -fundo de educação extinto em 2006 e que antecedeu o Fundeb (Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica).

Governadores afirmam ter direito a receber complementações por pagamentos feitos abaixo do mínimo necessário ao longo dos anos.

A AGU afirma que ao menos R\$ 6 bilhões em precatórios ligados ao Fundef devem ser emitidos até o ano que vem.

De acordo com documento ao qual a Folha teve acesso, o órgão pede que seja "atualizado o risco do item para provável, no valor atual de R\$ 14 bilhões, emitindo-se alerta aos órgãos responsáveis, em especial ao Ministério da Economia".

A AGU disse ainda que avalia periodicamente os números porque precisa subsidiar a elaboração do anexo de riscos fiscais da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

"Essa atividade é feita de forma periódica pela AGU e segue critérios definidos em portaria. Alguns dos riscos fiscais informados acabam virando perdas judiciais efetivas e se transformam em precatórios", afirmou o órgão em nota à reportagem.

A fatura com as discussões judiciais ligadas ao Fundef já havia contribuído para o crescimento dos precatórios a serem pagos pelo governo federal aos

estados no Orçamento de 2022.

A conta do governo federal com os precatórios do Fundef expedidos pela Justiça recentemente já passa de R\$ 15 bilhões. Somente em uma das ações em discussão, uma disputa com a Bahia, a conta é de R\$ 3,7 bilhões.

O ministro Paulo Guedes (Economia) vem chamando o crescimento dos valores de "meteoro".

O avanço na conta de precatórios de 2021 para 2022 foi de 60%, o que levou o ministro a criar uma PEC (proposta de emenda à Constituição) para parcelar os valores em até dez anos e driblar o teto de gastos para abrir espaço para outras despesas.

Especialistas, no entanto, têm defendido que o governo precisa atuar na causa do problema, fortalecendo sua defesa jurídica por meio de órgãos como a PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional) e a própria AGU para evitar tantas perdas.

O próprio Guedes reclamou na exposição de motivos sobre a proposta que parcela precatórios, enviada ao Congresso na semana passada, que decisões judiciais têm aumentado despesas em diferentes frentes, não apenas em precatórios.

Ele mencionou especificamente decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) que excluiu o ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins, que vem retirando recursos da arrecadação federal por meio de abatimentos das empresas sobre os **impostos devidos**.

Também citou um mandado de injunção do STF impetrado com o objetivo de regulamentar a Renda Básica Universal. Nesse caso, a AGU classifica a perda como remota.

Guedes defende que, sem o parcelamento, as sentenças judiciais ocuparão um espaço do Orçamento de 2022 que poderia ser usado para investimentos e aperfeiçoamentos de programas e ações do governo federal.

A proposta é feita depois que governo e Congresso deixaram de revisar gastos em outros itens e é proposta no momento em que o governo tenta fechar

as contas para o ano que vem tentando acomodar pressões por despesas em diferentes frentes.

O principal objetivo é abrir espaço para o Auxílio Brasil, o novo Bolsa Família, e para outras destinações em análise -como o reajuste para servidores.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

40

Expansão para Europa e EUA é meta, diz presidente da Ambipar



Daniele Madureira

Com 22 aquisições em 13 meses de oferta pública inicial (IPO, na sigla em inglês), quando levantou R\$ 1,08 bilhão na Bolsa, a especialista em gestão ambiental Ambipar está longe de desacelerar. Fundada pelo empresário Tércio Borlenghi Neto em 1995, a empresa já investiu R\$ 1,5 bilhão em compras desde a abertura de capital e mantém vários negócios no radar.

A meta é se tornar líder mundial na área de emergências ambientais, químicas e biológicas (área de response). Já na área de gestão de resíduos (environment), a companhia busca acelerar seu processo de internacionalização: depois da compra da chilena Disal, é hora de olhar para os mercados da Europa e da América do Norte.

"Uma indústria de papel e celulose da Finlândia já nos procurou para começarmos a entender as características dos seus resíduos", disse à Folha a presidente da Ambipar, Cristina Andriotti, que faz questão de dizer que a empresa não tem concorrentes diretos, mas "competidores", gente que só faz um pedaço do trabalho da Ambipar.

"Na América Latina, nós somos a única empresa que oferece soluções completas em todas as frentes - gestão, valorização, economia circular", diz.

Na opinião do analista Ilan Arbetman, da Ativa Investimentos, a empresa realmente tem um perfil único na América Latina. "E eles fizeram uma tacada de mestre ao anunciar como embaixadora e nova acionista da empresa a modelo brasileira Gisele Bündchen, que tem uma imagem internacional forte, especialmente no mercado americano", afirma Arbetman.

Nesta segunda-feira (16), a companhia anunciou seus resultados do segundo trimestre, período em que fez sete aquisições. Com lucro líquido de R\$ 40,6 milhões, alta de 25,7% em comparação com o mesmo período do ano passado, a Ambipar registrou aumento de 35,8% na receita líquida, para R\$ 356,2 milhões.

O lucro antes de juros, **impostos**, depreciação e amortização (Ebitda) do período somou R\$ 97,2 milhões, alta de 33,7%.

•
Foram 22 aquisições em 13 meses, desde o IPO. O que vem direcionando essa máquina de compras? Nós temos duas grandes áreas na Ambipar: a de emergency response, que atende emergências ambientais, químicas e biológicas, e a de environment, que faz o gerenciamento e a valorização de todo tipo de resíduo, incluindo industriais e hospitalares. Nestes 13 meses, foram 11 aquisições em response e 11 em environment.

Em response, o que direcionou as compras é o desejo da Ambipar de expansão internacional, em especial no mercado da América do Norte. Essa expansão surgiu a partir da demanda dos nossos próprios clientes que, sempre que precisavam, nos chamavam para atendê-los lá fora. Em termos de resposta de emergência, a Ambipar está à frente de muitos outros países. Somos referência mundial, conseguimos atender qualquer modal de transporte, de qualquer produto químico. Nossas aquisições visam ganho de capilaridade e menor tempo de resposta.

Em environment, fizemos uma grande aquisição no exterior, a Disal, no Chile. Mas eu precisava ter alguns negócios ou serviços complementares para fazer com que a empresa se tornasse líder em gestão ambiental. Fizemos aquisições de duas empresas de tecnologia

de gestão ambiental, Âmbito e a Verde Ghaia, que envolvem toda a parte de legislação, rastreabilidade e inteligência artificial dentro dos clientes.

Hoje, você não consegue fazer uma gestão eficiente de resíduos se não tiver um software por trás, enxergando toda a operação. O quanto você gera de resíduos, para onde você os envia, para auxiliar as indústrias, por exemplo, a apresentar relatórios aos órgãos ambientais. Com o software incorporado aos negócios, você tem uma rastreabilidade e uma transparência fundamentais para proporcionar maior governança aos clientes.

A compra do controle da AFC, no início deste ano, colocou a Ambipar no Nordeste. Havia negócios no Nordeste dentro de um contrato corporativo, mas a empresa não fazia prospecção na região. A aquisição da AFC permitiu que nós acessássemos este mercado. Todas as nossas compras têm que ser sinérgicas e complementares ao negócio, ou vinculadas à expansão geográfica. É o que faz com que Ambipar seja a única no Brasil com um portfólio completo, tanto em response, quanto em environment.

Qual o perfil das empresas que vocês estão comprando? Qual o nível de profissionalização delas? A primeira coisa que queremos saber é se a empresa é complementar aos nossos serviços. Se tem pelo menos um projeto vinculado à valorização de resíduos, algo a agregar aos nossos negócios. E se está em um mercado interessante, do ponto de vista geográfico ou da carteira de clientes.

Depois vem idoneidade das empresas, a administração, porque não queremos comprar empresas que tragam passivos. Já pegamos empresas bem pequenas, e bem avançadas em relação à profissionalização, sistemas, processos. E pegamos empresas maiores administradas de forma mais "caseira", mais familiar. É claro que a fusão fica mais fácil com aquelas que tenham melhor governança.

Em julho, fizemos imersão com os líderes das empresas que compramos, ficamos dois dias em Nova Odessa [SP, sede da Ambipar]. Para que eles conheçam as nossas políticas, expectativas e metas da Ambipar, e também um conheça o negócio do outro, possa haver uma troca de experiências. Nossas ações de ESG têm que ficar muito claras para todo o time.

Mas a compra acelerada, de quase duas por mês, não causa problemas de gestão? Nós temos uma área administrativa, o Centro de Serviços Compartilhados, que já está muito bem estruturada para integrar essas novas empresas adquiridas. Toda a parte

administrativa, financeira, contábil, tributária fica com a gente. As empresas adquiridas ficam com a responsabilidade da área operacional e comercial.

A gente tenta fazer a retenção do antigo dono, o que acontecem em praticamente 100% dos negócios. Isso é muito importante, porque ele é o detentor do know-how. Ele continua como o principal executivo ou como sócio minoritário. A partir do momento em que está sob a nossa gestão administrativa e financeira, conseguimos neutralizar problemas e capturar sinergias. Deixar o pessoal livre para vender e operar.

O segundo ano de IPO vai continuar com dois dígitos em aquisições? Se Deus quiser! (risos). A Ambipar sempre teve perfil de compradora. Em um ano, fizemos o dobro do que tínhamos feito em toda a nossa história. E fizemos muito bem, com múltiplos atrativos, trazendo valor para o acionista. Temos um M A passivo também: o pessoal que vem até nós oferecer negócios.

O crescimento internacional começou antes do IPO, na Inglaterra. O resultado foi muito positivo. Pegamos empresa sem muitos negócios ou representatividade e o negócio se expandiu para o Reino Unido: fomos para Escócia, Irlanda e País de Gales. Isso acabou nos motivando a levar o nosso conhecimento para qualquer outro lugar. Também estamos na Holanda, nos Estados Unidos e no Canadá. Em Trinidad Tobago e na África (Angola e Nigéria), temos operação dentro dos clientes [outsourcing].

Quando você pensa em Estados Unidos, é um mercado bem pulverizado. As empresas lá são regionais e focadas em um único modal: ou só rodoviário, ou só ferroviário. Enquanto nossas equipes atendem múltiplos modais.

Queremos fazer mais aquisições na América do Norte, mas já partimos para o crescimento orgânico. Aumentamos o faturamento, o retorno de capital na região. Nos Estados Unidos, estamos montando uma estrutura para o suporte administrativo e uma central de atendimento corporativo. Isso faz com que a procura pelos nossos serviços em Response aumente mais cada vez.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49640>

Reforma do IR deixa R\$ 200 bi fora da mira



Expectativa. Câmara pode votar hoje a proposta de reforma do Imposto de Renda

Adriana Fernandes / BRASÍLIA

Um terço do ganho obtido pelas empresas do Simples e que declaram pelo lucro presumido - um regime simplificado muito usado por profissionais liberais, como médicos, advogados, economistas e contadores - não é tributado nem na pessoa jurídica nem na pessoa física pela Receita.

O total não recolhido equivale a cerca de R\$ 200 bilhões em valores atuais.

Os dados foram compilados por Rodrigo Orair, ex-diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado e especialista no tema, para alertar sobre dispositivo que consta na proposta de reforma do Imposto de Renda - que está prevista para ser votada hoje pela Câmara - que pode aumentar a perda de arrecadação.

A reforma do IR encaminhada pelo governo ao Congresso, em junho, pretendia impor uma taxa de 20% sobre os dividendos pagos por essas empresas aos acionistas quando superassem R\$ 240 mil anuais (ou R\$ 20 mil por mês). No entanto, o relator do projeto, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), com apoio do ministro da Economia, Paulo Guedes, cedeu às pressões de várias entidades de profissionais liberais e isentou as companhias enquadradas no Simples e as empresas do lucro presumido com faturamento até R\$ 4,8 milhões de pagar o novo imposto.

Além disso, o parecer apresentado pelo relator também reduz a alíquota do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre

Lucro Líquido (CSLL) paga pelas empresas de lucro real e de lucro presumido. Ou seja, empresas do lucro presumido seriam duplamente beneficiadas.

A distribuição dos dividendos pagos pelas empresas aos seus acionistas como remuneração ao capital investido é isenta no Brasil há 25 anos. O retorno da cobrança é o tema mais polêmico do projeto e, para afastar as resistências políticas, o relator acabou ampliando a isenção prevista no projeto inicial enviado pelo governo.

"Estamos diante de um caso clássico de dupla não tributação dos lucros", afirma Orair. O economista explica que o volume de lucros isentos corresponde à diferença entre o lucro efetivo das empresas e aquele considerado para base de cálculo dos **impostos**, geralmente um percentual fixo sobre o faturamento.

No caso do setor de serviços, por exemplo, presume-se (daí o nome lucro presumido) que 32% do faturamento é lucro, quando na realidade é muito comum que 50% a 80% do que a empresa arrecada se transforme em dividendos para sócios.

Outros países. Em economias mais desenvolvidas, segundo Orair, os profissionais liberais podem desfrutar de regimes simplificados, mas não estão isentos de pagar imposto sobre a renda que recebem das empresas. Alguns países, como a Noruega, oferecem uma isenção parcial, proporcional ao quinhão de capital de cada sócio na empresa. Para uma companhia que tem um valor de R\$ 10 milhões, por exemplo, essa isenção pode chegar a R\$ 400 mil anuais. Mas para empresas de profissionais liberais, cujo capital é simbólico, a isenção é insignificante.

"Não há nenhum sentido econômico isentar de imposto os lucros recebidos por sócios de pequenas empresas, ainda mais quando esses lucros não traduzem o retorno de investimentos em capital fixo, mas simplesmente uma renda por serviços realizados", afirma Orair.

Segundo ele, as micro e pequenas empresas que se utilizam das vantagens dos regimes simplificados de **impostos** no Brasil acumulam um lucro de aproximadamente R\$ 470 bilhões anuais, ou 40% do lucro das companhias brasileiras, mas respondem por apenas 24% da receita do IR. Se aprovado o substitutivo com redução do IRPJ e com a isenção de dividendos para os sócios dessas empresas, essa distorção será agravada, diz Orair.

As simulações foram feitas com base em declarações de IRPJ de 2013, última vez em que a Receita abriu os dados do IRPJ.

Do lucro de R\$ 360 bilhões que essas empresas obtiveram em 2013, R\$ 120 bilhões não foram atingidos pela cobrança do IRPJ e da CSLL, enquanto entre as maiores companhias do lucro real essa taxa de evasão (ou seja, a parcela que não é tributada) é de apenas 2% - ou 16% considerando o Juros sobre Capital Próprio (JCP), que são despesas com a remuneração aos sócios abatidas do cálculo do imposto empresarial.

Sabino, porém, defendeu a isenção e as mudanças no projeto para, segundo ele, beneficiar 1,1 milhão de empresas, sendo 940,5 mil optantes do lucro presumido.

"Elas terão redução de 29,4% de **tributos** e seus sócios terão isenção de lucros e dividendos recebidos", afirmou ele sobre as que faturam até R\$ 4,8 milhões por ano.

-

Acordo com Estados pode afetar empresas

Acordo com os Estados e os municípios para a votação do projeto do novo Imposto de Renda deve propor uma queda ainda menor da alíquota do imposto das empresas. A proposta na mesa de negociação com o relator do projeto, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), prevê agora queda da alíquota de 25% para 17,5%, segundo apurou o Estadão.

A alíquota básica do IR da Pessoa Jurídica (IRPJ) cairia pela metade, de 15% para 7,5%. Seria mantida a alíquota adicional de 10%, cobrada sobre a parcela do lucro que exceder R\$ 20 mil do mês. Na versão apresentada na quinta-feira passada, a alíquota passaria de 25% para 16,5%.

Uma reunião estava marcada para a noite de ontem e outra para a manhã de hoje com líderes dos partidos. Na semana passada, uma articulação bem-sucedida dos Estados impediu que o processo de votação continuasse.

A contragosto, o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), adiou a votação para hoje.

Um ritmo menos forte da queda da alíquota do IRPJ é uma forma de compensar a isenção total de que Sabino não abre mão para as empresas do Simples e do lucro presumido com faturamento até R\$ 4,8 milhões. O relator também avisou que vai manter a

queda de 1,5 ponto porcentual na Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL). A CSLL tem três alíquotas: 9%, 15% e 20%, que serão reduzidas em 1,5 ponto porcentual.

Os Estados e municípios queriam que a queda da CSLL fosse maior porque a arrecadação desse tributo recolhido pelo governo federal não é compartilhada com os governos regionais, diferentemente do IR, cuja receita é dividida com eles

I Sem taxa

R\$ 4,8 mi é o limite de faturamento anual que deixaria isentas empresas enquadradas no Simples ou no regime de lucro presumido, segundo parecer do relator da reforma do IR, Celso Sabino (PSDB-PA)

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Comandante acerta ao preservar Exército da interferência política (Editorial)

O general Paulo Sérgio Nogueira, comandante do Exército, deu um importante recado no sábado. Em declaração ao GLOBO, afirmou que "não há interferência política no Exército" e garantiu que "o Alto-Comando está com o comandante". As declarações vieram quatro dias depois do desfile de blindados em Brasília com que o presidente Jair Bolsonaro tentava pressionar o Parlamento a aprovar a emenda do voto impresso.

Naquela ocasião, Nogueira fora convocado a uma reunião ministerial no Palácio do Planalto e acabou levado por Bolsonaro, com os comandantes das demais Forças e autoridades, à rampa para acompanhar o desfile. Militares graduados ficaram incomodados com a presença dele no evento.

A manifestação de Nogueira ao GLOBO ocorreu num momento crucial. Bolsonaro não parece disposto a parar de semear a confusão para tentar se manter no poder a qualquer custo. Depois da prisão do ex-deputado Roberto Jefferson, presidente do PTB, sob a acusação de incitar a violência e conspirar contra princípios republicanos, Bolsonaro anunciou que encaminhará ao Senado pedido de impeachment contra dois ministros do Supremo: Alexandre de Moraes, que mandou prender Jefferson, e o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Luís Roberto Barroso, que tem combatido a campanha de desinformação promovida pelo presidente e seus aliados contra as urnas eletrônicas.

No fim de semana, grupos de mensagem bolsonaristas fervilharam com a convocação de uma manifestação nacional para o dia 7 de setembro, em apoio a uma ruptura institucional promovida pelo presidente e pelas Forças Armadas. Uma mensagem atribuída a Bolsonaro num grupo falava na necessidade de um "contragolpe". Mais uma vez, Bolsonaro mostra que segue à risca a cartilha autoritária. Na definição do cientista político Jan-Werner Müller, da Universidade de Princeton: "Populistas, quando chegam ao poder, continuam a polarizar e a preparar as pessoas para o que invocam como um confronto apocalíptico".

As declarações de Nogueira mostram, contudo, que não há no comando do Exército comunhão com as ideias de Bolsonaro. O motivo é evidente: o projeto bolsonarista ameaça as Forças Armadas. A reputação

do Exército tem enfraquecido com episódios como a passagem do general Eduardo Pazuello pelo Ministério da Saúde e com indícios de maracutaias envolvendo militares.

Os riscos **impostos** pelo bolsonarismo às Forças Armadas vão além da questão de imagem. Permitir a politização dos quartéis, além de violar a Constituição, equivale a abrir mão da disciplina intrínseca às relações militares. Populistas, de direita ou esquerda, costumam usar a mesma tática: tentar corroer as instituições por dentro. O Alto-Comando não precisa ser informado das consequências trágicas que teve o chavismo nas tropas venezuelanas. É fundamental - e tranquilizador - para o futuro da democracia brasileira saber que o comandante do Exército tem plena consciência disso.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Quanto vale a Ciência no Brasil? (Artigo)



Luiz Miranda

"Viva a Ciência" virou o jargão da pandemia na defesa da vacina contra o co-vid-19. Contudo, os recursos públicos federais necessários para o avanço de pesquisa e desenvolvimento em inovação no país (P D) têm sido contingenciados para realização de meta de déficit primário faz vários anos.

Importância do FNDCT para P D. O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), criado em 1969, é principal instrumento público de financiamento de ciência, tecnologia e inovação do país e beneficiou 11 mil projetos, entre 2004 e 2019, entre universidades, institutos de pesquisa e empresas públicos e privados, como Embrapa e Embraer¹. A partir de 1998, com as leis de criação de Fundos Setoriais², o FNDCT cresceu e atingiu, em 2015 seu maior desembolso: R\$ 3,7 bilhões.

Porém, a partir daí, sofre com sucessivos contingenciamentos de recursos. Por exemplo, em 2016, o Fundo dispôs de apenas 63% (R\$ 1,6 bilhão) dos recursos arrecadados e, em 2021, 9% (R\$ 0,5 bilhão).

O Projeto de Lei Complementar (PLP) 135, de 22 de abril de 2020, do Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), buscava evitar que tais recursos fossem contingenciados ou utilizados, em desvio de função de finalidade, para amortizar a dívida pública. Aprovado

pelos Senadores, o PLP foi para a Câmara dos Deputados, que referendou a matéria e também lá aprovado, na última sessão do ano, em 17 de dezembro de 2020. Ao ser encaminhado para sanção, o presidente da República vetou o artigo 11, § 3o, da Lei Complementar 177, de 12 de janeiro de 2021, que "veda a alocação orçamentária dos valores provenientes de fontes vinculadas ao FNDCT em reservas de contingência de natureza primária ou financeira".

Embora o Congresso tenha derrubado esse veto, devido aos prazos de aprovação e publicação, o dispositivo não constou do projeto de lei orçamentária anual (PLOA) para 2021 aprovado pelo mesmo Congresso.

Ao sancionar a lei orçamentária federal para 2021, o Presidente Jair Bolsonaro contingenciou 90% do FNDCT. Dos R\$ 5,5 bilhões disponíveis para projetos não reembolsáveis, em 2021, R\$ 5,1 bilhões foram limitados pelo governo. A Emenda Constitucional (EC) 109, de 15 de março de 2021, permite o uso das disponibilidades de fundos públicos, como o FNDCT, em outras finalidades. O Partido dos Trabalhadores (PT) ajuizou a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6884, com pedido de medida liminar, contra a alocação de mais de 90% dos valores destinados ao FNDCT como reserva de contingência, o que na prática equivale ao controle, por parte do governo, do uso do contingenciamento dos recursos.

Em 11 de junho, o presidente Jair Bolsonaro descontingenciou R\$ 415 milhões do FNDCT, para custear testes clínicos de vacinas nacionais contra covid-19, nas Fases 1 a 3 e R\$ 1,88 bilhão, para o financiamento de projetos de desenvolvimento tecnológico de empresas. A liberação foi para a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), que já está com R\$ 6,8 bilhões em caixa. Ademais, a taxa de juros cobrada pela Finep é maior do que a de linhas de crédito similares em outras instituições e inviabiliza o fomento à inovação.

O Tribunal de Contas da União (TCU) instaurou, em 17 de junho, investigação sobre o bloqueio ilegal de verbas do FNDCT, após reportagens sobre o tema. Também neste dia, o Conselho Diretor do FNDCT aprovou, em sua primeira reunião em 2021, a recomendação de liberação imediata dos recursos disponíveis para o fundo em 2021, em contraponto às decisões do conselho gestor pertinente.

"Que as leis aprovadas pelo Congresso Nacional sejam cumpridas", disse Ildeu de Castro, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso e a Ciência (SBPC). O "Manifesto de liberação dos recursos do FNDCT", de 8 de julho, contou com apoio de 61 organizações da academia brasileira. O "**Comunicado** do FNDCT ministro Marcos Pontes", de 22 de julho, afirma seu compromisso com a utilização dos recursos do Fundo para financiamento de pesquisa no país.

O que resta para a Ciência é aguardar a liberação dos recursos, mediante ações como um projeto de decreto legislativo (PDL), reafirmando as decisões parlamentares.

Pela Nota Técnica Conjunta, de 30 de junho, sobre o projeto de lei das diretrizes orçamentárias (PL-DO) para 2022, "no § 18 do art. 62, o PLDO assinala que não serão objeto de limitação orçamentária e financeira as despesas relativas às fontes vinculadas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT". Até o momento, os recursos de 2022 estão garantidos, mas até quando? Será que não haverá outros dispositivos, como ocorreu em 2021, que limitarão a utilização do fundo?

Enquanto as pautas de orçamento do parlamento se voltam para temas "mais importantes", como a aprovação de R\$ 6 bilhões destinados ao Fundo Eleitoral para 2022 ou a liberação de R\$ 18,1 bilhões, em emendas de relatoria (RP 9), ainda neste ano, a Ciência tem ficado de fora do orçamento público da União e das pesquisas legislativas brasileiras.

O Brasil, na contramão da inovação, ocupa hoje a 62ª posição, entre 131 países, no índice Global de Inovação³. Perdeu, nos últimos 10 anos quinze posições. O Brasil investiu em P D, em meio a pandemia de 2020, pouco mais de 1% do **PIB**, enquanto países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), onde o Brasil pretende ingressar, investem em média mais de 4% do **PIB**. A Ciência, de fato, não parece ser uma prioridade das políticas de Estado do nosso país, pois implora recursos que já seriam seus!

1. Manifesto "Ciência, Tecnologia e Inovação; o momento exige, o Brasil precisa". Empresas e academia em defesa da liberação total dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)", de setembro de 2020, da CM, SBPC, ABC e ANPEI.

2. Os fundos setoriais foram criados para prover a ciência e a tecnologia com fonte estável de recursos e evitar as oscilações orçamentárias nessa área. Os fundos são formados pela arrecadação de **impostos** ou contribuições setoriais, especialmente parcela dos

"royalties" arrecadados com a exploração de petróleo.

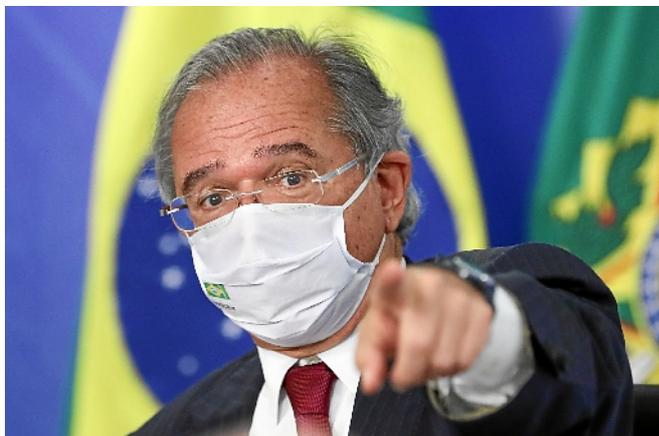
3. O índice Global de Inovação (Global Innovation Index, GII) fornece métricas detalhadas sobre o desempenho de inovação de 126 países, o que representa 90,8% da população mundial e 96,3% do **PIB** global.

Luiz Miranda é secretário parlamentar na Câmara dos Deputados.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186981?page=1§ion=1

FGTS: liberação de R\$ 8 bi aos cotistas



» **Bruna Lima**

Para que o rendimento fique acima da **inflação** e haja ganho real aos trabalhadores, o governo federal propõe distribuir 96% do lucro obtido pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o que significa a liberação de R\$ 8,12 bilhões às contas dos cotistas. A proposta sobre a fatia que poderá ser resgatada este ano, informação adiantada por fontes ao Correio, será analisada pelo Conselho Curador do FGTS hoje.

Pela lei, o FGTS possui rendimento fixo de 3% ao ano, mais Taxa de Referência (TR) que, atualmente, está zerada. A ideia é repor, pelo menos, a **inflação** medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2020, que foi de 4,52%. Caso a distribuição siga o proposto pela equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, o ganho real será de 0,4%, podendo a rentabilidade total ser de 4,92%.

A fatia estudada é mais generosa do que a distribuída em 2019, quando o percentual foi de 66% do lucro, injetando R\$ 7,5 bilhões para os cotistas, de um total de R\$ 11,3 bilhões. Em 2020, o FGTS acumulou receitas de R\$ 33,4 bilhões e despesas de R\$ 25 bilhões, chegando a um lucro líquido de R\$ 8,468 bilhões, o que representa uma queda nos resultados na comparação com o ano anterior.

A estratégia do governo com os elevados percentuais, e o incremento com ganho real, é incentivar os cotistas a manterem os recursos nas contas. Se confirmada a proposta, a rentabilidade ficará acima da caderneta de poupança, que não bateu a **inflação** em 2020. Essa estratégia segue a linha de 2019, quando a rentabilidade das contas do FGTS ficaram em 4,90%, superando o da poupança.

Para que os trabalhadores tenham acesso aos

recursos, é necessário se enquadrar nas condições normais de saque, como demissão sem justa causa, aposentadoria, doenças graves, compra de casa própria ou saque-aniversário - modalidade criada pelo governo de Jair Bolsonaro, que permite ao contribuinte sacar parte do dinheiro todos os anos.

Aumento da Selic deve ser avaliado com cautela (Artigo)

Alexandre Sampaio

No começo do mês de agosto, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) subiu a Selic, taxa básica de juros da economia, em um ponto percentual, chegando a 5,25% ao ano. O cenário é preocupante, visto que ainda há indícios de que o valor tende a se elevar.

Recentemente, na nova ata publicada, o Copom afirmou ter a necessidade de realizar elevações de juros subsequentes. Dessa forma, há uma expectativa de que a Selic fique acima do patamar neutro até o fim do ano. Decorrente da situação econômica enfrentada no país, o mercado avalia que a taxa básica de juros chegue, a pelo menos, 7,25% a.a. até dezembro de 2021.

A discussão sobre o assunto é fundamental. Entretanto, é preciso compreender a importância desse tema. Sabe-se que a Selic foi criada em um período de hiperinflação da economia brasileira. Dessa forma, as mudanças da taxa envolvem a tentativa de controlar os aumentos dos preços de alimentos, produtos e serviços.

No décimo dia do mês de agosto, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou um crescimento de 0,96% em julho. Devido ao novo percentual calculado, a **inflação** acumulada chegou a 8,99%. Com essa variação, atingimos a décima oitava semana consecutiva com uma alta na variação dos preços e, conseqüentemente, traz um impacto direto no dia a dia da população.

A mudança desses valores acende também um alerta para as empresas do nosso país. Isso porque muitos empreendedores recorreram aos créditos disponibilizados pelo governo para conseguir manter os seus empreendimentos de portas abertas, já que a pandemia afetou o comércio de forma significativa.

Nesse aspecto, veremos o aumento progressivo das taxas cobradas nas parcelas de pagamento dos programas que disponibilizam crédito. É uma realidade que impactará o mercado e deverá trazer cautela para o empresariado. Contudo, vale destacar que os suportes oferecidos pelo Estado não devem ser deixados de lado, apesar do momento turbulento dentro da economia.

Por meio desses programas, conseguimos ter fôlego para manter as operações. Diante de uma situação tão delicada como a que estamos passando, o caminho talvez seja realizar uma boa gestão financeira. Nós, empresários, temos fé em que dias melhores estão se aproximando, principalmente com o avanço da vacinação contra a COVID-19 em todo o país.

Até lá, que os governantes estejam sensíveis a essa temática e se movimentem rapidamente. Do contrário, não será apenas o aumento da **inflação** que nos pressionará ladeira abaixo. Mas também o desemprego em massa e a falta de esperança.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Governo deve propor distribuição de 96% do lucro do FGTS ao trabalhador

Thiago Resende Brasília

O governo deve propor que cerca de 96% do lucro do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) seja distribuído aos trabalhadores neste ano. Isso representa aproximadamente R\$ 8,12 bilhões.

A proposta, que está em estudo pela área econômica do governo, será analisada pelo Conselho Curador do FGTS nesta terça-feira (16). A informação foi confirmada à Folha por dois integrantes do governo.

O fundo teve lucro de R\$ 8,5 bilhões em 2020. Cabe ao Conselho decidir qual a parcela do resultado positivo irá ser dividida nas contas dos trabalhadores.

A fatia a ser votada na reunião desta terça é maior que a distribuída no ano passado, quando foi repassado 66,3% do lucro de R\$ 11,3 bilhões registrado em 2019. Com isso, o valor distribuído somou R\$ 7,9 bilhões (corrigido pela inflação).

Portanto, apesar de o lucro ter caído cerca de 25% entre os balanços dos dois anos, o governo pretende conseguir ampliar a divisão dos recursos com os trabalhadores. Mesmo assim, o valor a ser repartido neste ano ainda é menor que em 2019, quando R\$ 13,3 bilhões (valor corrigido pela inflação) foram divididos com os trabalhadores.

O dinheiro não vai diretamente para o bolso, mas para a conta da pessoa no FGTS. Os valores são distribuídos de forma proporcional às contas dos trabalhadores no fundo.

Terão direito ao pagamento contas que registraram saldo positivo em 31 de dezembro do ano passado. A Caixa pretende fazer o depósito até 3 de agosto.

Por orientação da PGFN (Procuradoria-geral da Fazenda Nacional), a distribuição do lucro do fundo também deve beneficiar as contas extintas do PIS/Pasep, que passaram a integrar o patrimônio do FGTS.

Para chegar ao patamar de R\$ 8,1 bilhões a ser distribuído neste ano, o governo levou em consideração a rentabilidade das contas vinculadas ao FGTS, que é baseada na TR (taxa referencial) mais 3% ao ano. Hoje, a TR está praticamente zerada.

O saldo dos trabalhadores no fundo rendeu, em 2020, menos que a inflação naquele ano. OIPCA (índice de Preços ao Consumidor Amplo, o índice oficial do país) chegou a 4,52%.

Portanto, a proposta de distribuir R\$ 8,129 bilhões do lucro visa dar ao trabalhador um ganho real (acima da inflação) de 0,4%. Ou seja, a rentabilidade total poderia ser de 4,92%.

A ideia do governo é que a medida, além de preservar o poder de compra do saldo no Fundo, seja um incentivo para que os trabalhadores mantenham os recursos nas contas, especialmente no caso daquelas pessoas que optaram por migrar para a modalidade de saque-aniversário.

Esse novo mecanismo foi criado pelo governo do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) e permite que o trabalhador saque uma parte do dinheiro do FGTS todos os anos.

A proposta de rentabilidade das contas do fundo, se confirmada, irá superar a da poupança, que perdeu para a inflação em 2020. A equipe econômica quer manter a visão de que o FGTS continua sendo um bom investimento para os trabalhadores.

O Conselho Curador do FGTS é formado por representantes do governo, dos trabalhadores (centrais sindicais) e de empresários.

Em reunião nesta segunda-feira (16), a intenção de distribuir cerca de 96% do lucro do Fundo foi apresentada a membros do colegiado. A sugestão foi elogiada por sindicalistas.

"A proposta é boa, e me surpreendeu que o governo queira fazer uma distribuição tão importante como essa", diz o presidente da UGT (União Geral dos Trabalhadores), Ricardo Patah.

Os recursos nas contas do FGTS apenas podem ser retirados de acordo com as regras do fundo, como na compra de primeiro imóvel, doenças graves, aposentadoria e demissão sem justa causa (para trabalhadores que não optaram pelo saque aniversário).

"Os recursos creditados permanecem sob cuidado do fundo até o trabalhador ser autorizado a sacar. Enquanto isso, [o valor na conta] continua financiando operações nas áreas de habitação, saneamento e infraestrutura, que gerarão resultados, serão distribuídos e o ciclo continua", afirma Gustavo Tillmann, diretor do departamento responsável pelo FGTS no Ministério da Economia.

Apesar de a proposta prever divisão de quase 100% do lucro do FGTS, membros do Conselho Curador afirmam que a medida não deverá afetar os projetos de infraestrutura financiados com recursos do fundo, que conta com cerca de R\$ 450 bilhões nas contas.

O FGTS passou a distribuir seus resultados aos cotistas em 2017, durante o governo Michel Temer.

Na época, foi fixado um percentual de 50%. O cálculo leva em conta o lucro líquido alcançado no ano anterior à distribuição.

Em 2019, o governo elevou a distribuição para 100%, mas, depois, Bolsonaro vetou a ampliação. A decisão também retirou da lei a obrigação de que o repasse seja de 50%, determinando genericamente que será liberado "parte do resultado positivo auferido".

Sob a regra de distribuição de 100% do lucro, o governo distribuiu R\$ 13,3 bilhões (valor corrigido pela inflação) aos trabalhadores em 2019, levando a rentabilidade do FGTS a 6,18%.

No ano passado, o repasse caiu para R\$ 7,9 bilhões, o que fez a remuneração das contas no ano ficar em 4,9%, ainda acima da inflação do período.

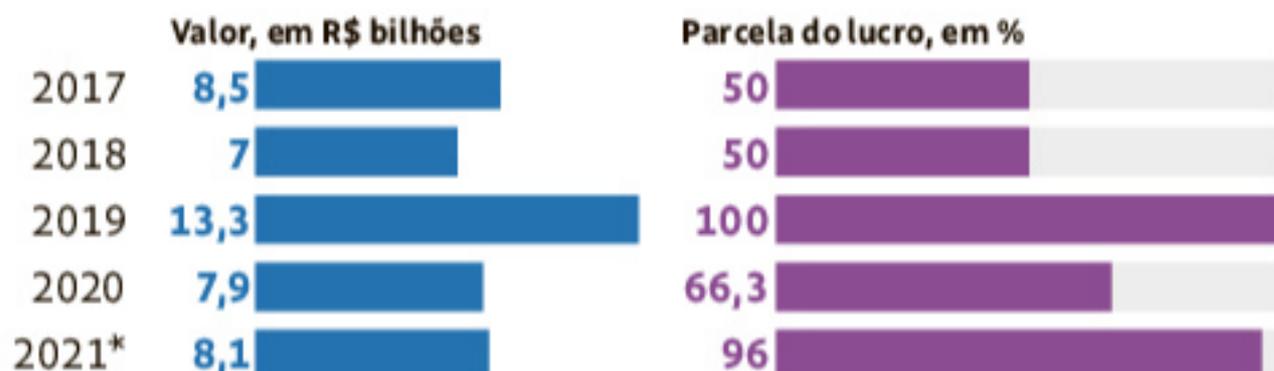
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

40

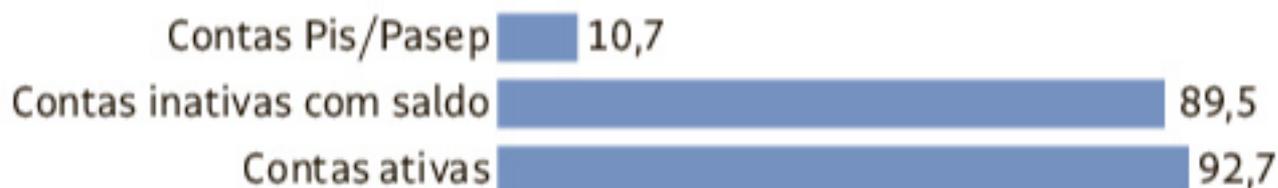
Trabalhadores devem dividir R\$ 8,1 bi do lucro do FGTS

Distribuição do lucro do FGTS aos trabalhadores



Composição do FGTS no fim de 2020

Quantidade, em milhões



*Divisão de recursos em 2021 ainda depende de decisão do Conselho Curador do FGTS, prevista para esta terça-feira (17)
Fonte: Caixa

Ministro teme impacto de cenário político e Covid nas concessões

Alúcio Alves

Os efeitos da pandemia e o cenário político conturbado no país devem afetar as concessões importantes de infraestrutura previstas para até 2022, como a Ferrogrão, aeroportos de Congonhas (SP) e Santos Dumont (RJ) e a Via Dutra, disse o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas.

Segundo ele, os valores mais altos de outorga e de investimentos previstos também podem limitar a competição pela sétima rodada de aeroportos, pela rodovia Presidente Dutra e pela Ferrogrão a um grupo restrito de concorrentes.

"Atravessamos uma pandemia e muitas empresas ficaram com dificuldades de caixa", disse Tarcísio em entrevista à Reuters. "Em alguns projetos é natural que haja um interesse restrito a poucos grupos, o importante é trazer os qualificados".

As declarações ilustram o desafio de Freitas para concluir a etapa mais crítica do plano de concessões 2019-22 previsto para trazer 250 bilhões de reais em investimentos, vitais para o país que se recupera da grave recessão oriunda da pandemia.

Mas confiante de que o cronograma será cumprido, o ministro embarca nas próximas semanas para encontros nos Estados Unidos, Europa e Oriente Médio, para atrair licitantes para cerca de uma dezena de ativos que serão leiloados entre outubro e novembro, entre terminais portuários e rodovias.

Para um deles, a Via Dutra, principal ligação entre Rio de Janeiro e São Paulo, Tarcísio já sinaliza que devem ser poucos candidatos, devido ao "tíquete alto". Além do valor de outorga, um misto de valor mínimo e menor tarifa, espera-se investimentos de 15 bilhões de reais ao longo dos 30 anos da concessão.

Mas o caso mais complexo para a pasta chefiada pelo militar da reserva e ex-assessor parlamentar é a Ferrogrão, projeto de ferrovia prevista para ser leiloado no primeiro trimestre de 2022, mas que está mergulhado nas arenas política e comercial.

O bilionário projeto de 933 quilômetros, para ligar Mato Grosso ao Pará, numa opção pelo Norte para escoar a exportação de uma das maiores regiões do

agronegócio do mundo, é alvo de oposição ferrenha de ativistas ambientais dentro e fora do Brasil, com questões envolvendo desmatamento e danos a áreas indígenas.

Uma dessas questões está parada no STF (Supremo Tribunal Federal), hoje no centro de uma crise política devido ao embate do presidente Jair Bolsonaro com alguns dos membros da Corte, envolvendo desde temas eleitorais até combate à pandemia.

"O ambiente não é dos melhores; em condições normais já teríamos tido um desfecho favorável", disse Tarcísio. O projeto da ferrovia foi enviado ao TCU em meados do ano passado e ainda aguarda aprovação para ter edital liberado. "A Ferrogrão vai acontecer, mas estamos perdendo tempo com componentes político, ideológico e comercial", afirmou, alegando que o projeto já se mostrou ambientalmente sustentável.

O projeto também enfrenta resistência de grupos empresariais devido ao risco de a ferrovia potencialmente drenar parte da carga hoje transportada por ferrovia para o Porto de Santos ou pela BR-163, justamente a estrada ao lado da qual a Ferrogrão seria construída.

Para o ministro, o aumento esperado da produção agrícola no Mato Grosso demandará maior capacidade de transporte e, sem a Ferrogrão, a solução seria duplicar a BR-163, uma alternativa com potencial de danos ambientais muito maior.

Tarcísio admitiu que o governo refez as contas para tráfego esperado de passageiros nos 16 aeroportos previstos para serem leiloados no primeiro trimestre de 2022, devido aos efeitos da pandemia, que devem impactar o setor ainda por vários anos.

"A gente redesenhou a curva de demanda e isso será refletido no edital", afirmou o ministro, avaliando que a queda de movimento no setor, hoje ao redor de 50%, deve atingir principalmente as viagens de negócios, justamente as que tornam Congonhas e Santos Dumont os mais cobiçados por investidores.

Para tentar aliviar os efeitos desse cenário sobre o interesse de investidores pelos ativos, o governo flexibilizará algumas exigências no edital, para que fundos de investimentos participem por meio de

acordos técnicos com operadoras de aeroportos, que seriam desobrigadas de participar com capital.

Também no setor aeroportuário, o governo fará a relicitação do terminal de São Gonçalo do Amarante (RN), em dezembro, e o de Viracopos (SP), no início de 2022.

Além de tocar a agenda de concessões logísticas, Tarcísio tem estado às voltas com ameaças de greve de caminhoneiros, insatisfeitos com a sucessiva alta dos preços do óleo diesel, que já subiram cerca de 40% em 2021.

Desde que uma manifestação do setor parou o país em 2018, chegando inclusive a comprimir o **PIB** do período, setores da economia têm estado atentos à movimentação dessa categoria, que tem cerca de 800 mil motoristas no país, segundo a CNTTL.

O ministro, que diz fazer parte de 43 grupos de redes sociais de caminhoneiros, afirmou que está sempre atento às demandas do setor, mas que alguns fatores que levaram à greve em 2018 não acontecem agora, tornando a paralisação improvável.

"Nos últimos anos, uma parte do mercado foi tomada por grandes empresas de logística e, se elas não derem apoio, não vai acontecer", afirmou Tarcísio.

Ele disse que o governo tem tomado uma série de medidas para apoiar os caminhoneiros, incluindo combate ao que considera como excesso de multas e exigência de mais pontos de descanso nas estradas. Mas foi taxativo ao rejeitar o papel de intermediar valores de frete.

"Eles estão acostumados a serem tutelados pelo Estado", afirmou o ministro. "O governo não vai se meter em preço de frete, o Estado não tem nada a ver com isso."

Ao liderar uma pasta que tem trazido bilhões de reais em investimentos para o país e ganhado visibilidade no governo, Tarcísio tem sido insistentemente mencionado por Bolsonaro como candidato a governador de São Paulo na eleição de 2022.

"Já recebi convites (para filiação partidária), mas não aceitei", disse o ministro. "Não penso nisso (ser candidato), mas posso ser tragado para essa missão."

Especialistas no setor de infraestrutura ouvidos pela Folha concordam com possíveis impactos da crise política na análise do projeto da Ferrogrão pelo STF, mas dizem não ver maiores efeitos sobre as outras concessões que o governo pretende licitar nos próximos meses.

"A situação da Ferrogrão pode ser judicializada e é lógico que não é interessante uma tensão com o Judiciário", diz o sócio da Radar PPP, Guilherme Naves. "Mas no geral, olhando a carteira de concessões, os investidores trabalham com longo prazo."

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49640>

A PEC dos Precatórios é o verdadeiro meteoro (Artigo)

Felipe Salto

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) n.º 23, de autoria do governo federal, propõe o calote dos precatórios. Sem a manobra, o governo argumenta que o teto de gastos seria rompido.

Na verdade, a PEC é o verdadeiro "meteoro" a explodir o teto e, com ele, a credibilidade que ainda restasse da política fiscal.

Em março de 2021, a PEC Emergencial prometeu "resolver" a suposta impossibilidade de acionar os gatilhos do teto. Essa trava constitucional foi fixada em 2016 para limitar a evolução da despesa pública primária (sem contar os juros da dívida) à inflação.

Ao ser rompida, medidas automáticas de ajuste fiscal seriam acionadas (gatilhos).

Em 2019, dado o iminente estouro do teto, o governo propôs a PEC Emergencial.

Sob uma interpretação apressada - e errada -, determinou que o mecanismo de acionamento dos gatilhos da regra do teto original era inviável.

Contudo, uma vez aplicado, teria barrado aumentos de despesas acima da inflação, a exemplo do reajuste salarial dos militares.

A PEC Emergencial propôs uma nova regra para acionar os gatilhos: quando a despesa obrigatória primária superasse 95% da primária total, ambas sujeitas ao teto. A PEC não avançou, a pandemia chegou e por meio de outra PEC - a do Orçamento de Guerra - afastou-se, temporariamente, a necessidade de observar as regras fiscais.

Imbuído do propósito de solucionar o paradoxo dos gatilhos, chamemos assim, o Ministério da Economia ressuscitou a PEC Emergencial no fim do ano passado. O governo colocou na antiga proposta a previsão de pagamentos adicionais do Auxílio Emergencial.

Este poderia ter sido financiado por meio de créditos extraordinários - sem necessidade de PEC, registre-se.

Uma barganha, trocando-se o auxílio pela "reforma do

teto". Cruel, mas não surpreendente.

Muito barulho por nada. A "regra dos 95%" é matematicamente incompatível com o teto.

Para que o gasto obrigatório superasse 95% do total, o discricionário teria de ficar abaixo de 5%. Isto é, um volume tão pequeno que os serviços públicos essenciais bateriam pino, conforme cálculos da Instituição Fiscal Independente (IFI). Ainda, o pagamento integral dos precatórios não levaria ao alcance dos 95% em 2022.

Assim, a regra do teto perdeu o condão de acionar os gatilhos e o novo mecanismo aprovado é impraticável. Isso nos traz à análise da PEC dos Precatórios. Para 2022 a IFI calcula que, se a inflação do fim de 2021 ficar igual à que corrigirá o teto (de junho de 2021), haverá uma folga de R\$ 15 bilhões. O governo achou pouco e resolveu alterar novamente a regra. É a conhecida linha das pedaladas, mas agora constitucionalizadas: se a regra não ajuda nos objetivos de curto prazo, mude-se a regra.

A desculpa é um suposto "meteoro". Os precatórios previstos para o ano que vem, de repente, teriam saltado de cerca de R\$ 57 bilhões para R\$ 89,1 bilhões. A verdade é que faltou gestão de riscos. A AGU defendeu a União nos processos e prestou informações ao Ministério da Economia.

Por que os dados foram minimizados, se constavam até em documentos públicos oficiais, a exemplo do anexo de riscos fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias?

A solução da PEC 23 é pagar à vista os precatórios de pequeno valor, somada a uma fatia dos demais, limitada a 2,6% da receita corrente líquida.

O restante será parcelado em nove anos e corrigido pela Selic. A manobra é idêntica à realizada nos tempos da contabilidade criativa, de 2008 a 2014. Lá, o alvo foi a meta de resultado primário (receitas menos despesas). Agora, o teto.

Algo como R\$ 40 bilhões em precatórios serão pagos no ano que vem. Os outros R\$ 50 bilhões, parcelados. O valor mais baixo abrirá espaço no teto para despesas extras em ano eleitoral.

O gasto social é necessário num contexto de miséria crescente e desemprego elevado.

Mas não por meio da implosão do Bolsa Família, substituído pelo chamado Auxílio Brasil, como quer a Medida Provisória n.º 1.061. O aumento do Bolsa Família deveria ser financiado com corte de despesas ineficientes. Não foi o atual ministro que prometeu tirar o Estado do cangote do cidadão?

Mudar o teto é mais fácil. A PEC dos Precatórios propõe que as despesas parceladas sejam pagas por meio de fundo paralelo ao Orçamento e fora do teto. É o bonde do fura-regra.

Na prática, o teto de gastos já foi rompido. A IFI alertou, ao longo dos últimos anos, sobre esse risco, monitorando-o com transparência.

O malabarismo contábil era evitável. Bastaria uma sistemática transparente para os gatilhos, associada à gestão não imediatista do gasto, à harmonização do arcabouço fiscal e ao compromisso político permanente.

A PEC dos Precatórios é o verdadeiro meteoro a dinamitar o teto. Qualquer possibilidade de restaurar a responsabilidade fiscal no País em curto prazo foi para o espaço. Os juros exigidos pelo mercado nos títulos públicos já estão aumentando, a **inflação** resiste à alta da taxa Selic e a dívida vai crescer.

Chance de restaurar a responsabilidade fiscal em curto prazo foi para o espaço

DIRETOR EXECUTIVO E RESPONSÁVEL PELA IMPLANTAÇÃO DA IFI.

AS OPINIÕES NÃO VINCULAM A INSTITUIÇÃO.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mercado já vê inflação de 2022 acima da meta

Fabício de Castro / BRASÍLIA

Após a meta de **inflação** para 2021 ficar cada vez mais distante do previsto, o Banco Central (BC) já começa a ver projeções do mercado financeiro para o IPCA - o índice oficial de preços - distanciarem-se também do alvo para 2022. O índice calculado pelos economistas de bancos e corretoras para o próximo ano agora está em 3,90%, acima dos 3,50% do centro da meta do BC. Foi a quarta semana consecutiva em que as projeções do mercado aumentaram.

Os índices constam do Relatório Focus divulgado ontem. O documento é uma compilação das projeções do mercado para os principais indicadores da economia.

O aparente descompasso entre as projeções do BC e as do mercado financeiro não é novidade. A autarquia tem cometido equívocos frequentes ao projetar a **inflação** de curto prazo no Brasil. De julho de 2020 a julho de 2021, o BC subestimou a **inflação** em suas projeções em 9 dos 13 meses considerados. No episódio mais recente, calculou uma **inflação** de apenas 0,39% em julho, enquanto o IBGE revelou uma taxa de 0,96%.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Desemprego afeta mais mulher jovem e com pouco estudo



Governo. Não incentivos para contratação de mulheres

Adriana Fernandes / BRASÍLIA

O perfil de quem procura emprego há mais de dois anos no Brasil é mulher, jovem e com baixa escolaridade. A cada três trabalhadores desempregados, dois são mulheres. Metade das pessoas que estão desempregadas por muito tempo tem entre 17 e 29 anos.

Elas acabam caindo na informalidade ou desistindo de procurar emprego, fenômeno chamado pelos economistas de "desalento". Do total, 80% dos jovens desempregados por mais de dois anos têm baixa qualificação. Ou seja, no máximo, possuem nível médio - 38% deles não possuem sequer esse nível de escolaridade.

É o que mostra raio X do perfil do desempregado traçado pela Secretaria de Política Econômica (SPE), do Ministério da Economia, obtido pelo Estadão.

O levantamento avalia o tempo que o trabalhador está à procura de ocupação para identificar a taxa de desemprego de longo prazo (TDLP). Ela é definida como o tempo de procura por um emprego superior a dois anos.

O quadro de desemprego persistente é considerado de difícil superação porque acaba gerando um efeito de inércia, relacionado à perda de interesse por parte do profissional, e de competitividade, devido à desatualização técnica e tecnológica.

Nas crises econômicas, como a causada pela

pandemia da covid-19, a situação se agrava.

A divulgação dessa radiografia ocorre no momento em que o governo tenta aprovar no Congresso um pacote que prevê cursos de qualificação dos trabalhadores jovens, afrouxa as regras de contratação e permite até mesmo contratos sem carteira assinada para jovens de 18 a 29 anos e trabalhadores acima de 55 que estejam desempregados há mais de um ano.

Não há, contudo, nenhuma medida específica para incentivar a contratação de mulheres.

Quanto mais tempo uma pessoa fica desempregada, maior será a perda de capital humano e, conseqüentemente, menor a chance de ela se recolocar no mercado de trabalho. "Para desenhar uma política de emprego eficiente, temos de entender qual é a composição da taxa de desemprego, em especial, a TDLP", diz o subsecretário de Política Fiscal, Erik Figueiredo.

Segundo ele, problemas históricos que levaram a esse quadro foram agravados na pandemia.

O professor de Relações do Trabalho da Universidade de São Paulo (USP) José Pastore explica que o mercado de trabalho brasileiro ainda está concentrado em empregos relacionados a commodities (produtos básicos, como alimentos e minério de ferro) e serviços de baixa complexidade com milhões de trabalhadores de baixa qualificação - grande parte informais.

No Brasil, 3% dos trabalhadores são analfabetos, 32% têm o ensino fundamental incompleto ou completo, 41% têm o ensino médio incompleto e completo e 24% têm o ensino superior incompleto e completo.

É muito diferente da situação da Alemanha, por exemplo, que exporta quase metade do seu Produto Interno Bruto (**PIB**), com grande concentração em bens de alta tecnologia, que exigem pessoal altamente qualificado.

São automóveis, aviões, computadores, maquinário, instrumentos científicos, produtos químicos, farmacêuticos, tecnologias verdes e serviços técnicos de engenharia, robótica, inteligência artificial e outros.

Cerca de metade dos trabalhadores alemães

completam escolas técnicas; 10% formam-se como especialistas, tornando-se mestres em sua profissão; 22% têm diploma universitário e doutorado; apenas 18% não fizeram cursos profissionais.

PROFESSOR DA USP

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"De nada adianta oferecer empregos bons quando não há qualificação, nem ter qualificação se não há bons empregos. Esse é o caso do desemprego de longa duração dos mais educados", diz Pastore.

Referência.

Na nota técnica, foram utilizados os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) referentes ao primeiro semestre de cada ano, para o período 2012-2020. O desemprego de "curta duração" (de até 1 ano), que atingia 5% da população em 2012, cresceu até 8,1% da população no período entre 2014 e 2017. Depois, recuou para 7,3% entre 2017 e 2019 e aumentou novamente em 2020 para 9,5% da força de trabalho devido à pandemia.

Já o desemprego de longo prazo, por outro lado, apresentou um crescimento constante entre 2014 e 2019, partindo de 1,2% da força de trabalho, em 2014, e atingindo o máximo de 3,2% da força de trabalho em 2019. Em 2020, atingiu 2,6% da força de trabalho. Para a SPE, essa queda pode ser resultado de medidas fiscais e de socorro ao mercado de trabalho adotadas ao longo de 2019 e início de 2020, como o programa que permitiu às empresas cortarem salários e jornada ou suspenderem contratos de trabalho.

"Diferentemente da recessão de 2014 e 2016, o grande movimento negativo no mercado de trabalho durante a pandemia foi a saída de milhões de trabalhadores da força de trabalho", afirma o economista Fernando Veloso, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas. Ele lembra estudo do Banco Mundial, divulgado recentemente, mostrando que crises econômicas têm efeitos persistentes.

No caso do Brasil, o impacto sobre emprego e salários do trabalhador médio pode perdurar por nove anos após o seu início, diz o estudo. Veloso ressalta que a pandemia é uma crise dessa natureza, por ter afetado sobretudo os informais e menos escolarizados. Por isso, segundo ele, é possível que a taxa de desemprego de longo prazo tenha aumentado, ao contrário do que indica a nota da SPE.

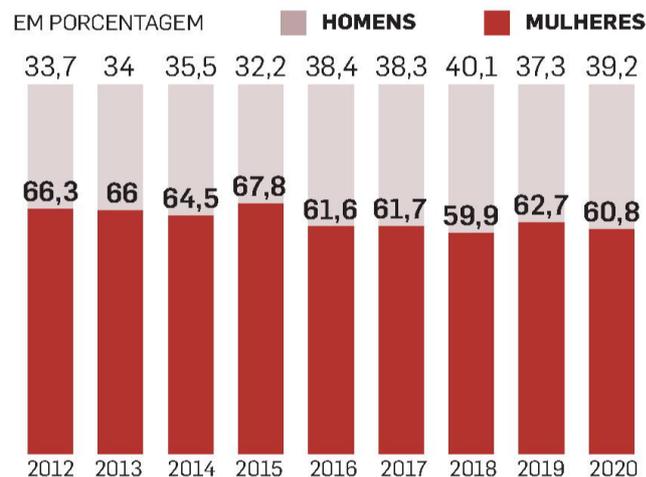
I Análise

"De nada adianta oferecer empregos bons quando não há qualificação nem ter qualificação se não há bons empregos." José Pastore ECONOMISTA,

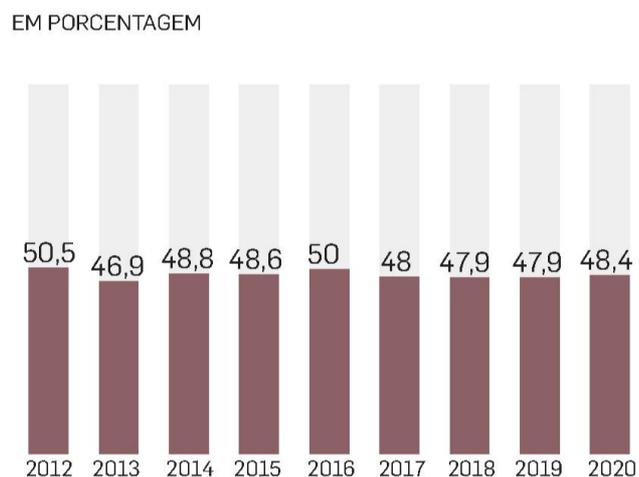
NÃO HÁ VAGAS

● Mulheres e jovens predominam na busca por emprego há mais de dois anos

Por gênero



Jovens de 17 a 29 anos



FONTE: SECRETARIA DE POLÍTICA ECONÔMICA (SPE) DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

Inflação deve pesar no gasto de juros do governo



Solange Srour, do Credit Suisse: "Inflação alta afeta o custo da dívida"

Alex Ribeiro

Depois de ajudar o governo a melhorar os principais indicadores fiscais do país, a aceleração da **inflação** deverá ter um impacto desfavorável no pagamento de juros sobre a dívida pública, com efeitos que poderão se prolongar pelos próximos anos.

De janeiro para cá, o mercado financeiro aumentou em 0,8 ponto percentual do Produto Interno Bruto (**PIB**) a sua estimativa para o gasto com juros da dívida pública neste ano, de 3,57% do **PIB** para 4,32% do **PIB**, segundo a pesquisa Focus do Banco Central. Já a estimativa para 2022 foi elevada em 0,8 ponto do **PIB**, de 4,18% do **PIB** para 4,98 do **PIB**.

É esperado que o mercado siga revendo para cima as suas projeções para o gasto com juro, à medida em que saem novos índices de **inflação** e o ciclo de aperto monetário é revisto para cima.

Estimativas do banco Credit Suisse apontam que, a cada um ponto percentual de alta na **inflação**, os encargos com juros aumentam R\$ 14,4 bilhões, ou 0,2 ponto do **PIB**. No caso de o BC dar uma resposta equivalente na alta de juros para combater essa aceleração inflacionária, há um impacto adicional de R\$ 31 bilhões, ou 0,4 ponto do **PIB**. Ou seja, uma alta de um ponto percentual na **inflação** leva, potencialmente, a um incremento de pouco mais de

R\$45 bilhões no gasto com juro, ou perto de 0,6 ponto do **PIB**.

Desde janeiro, o mercado vem revendo para cima tanto as suas estimativas para a **inflação** quanto para o tamanho do ciclo de aperto previsto para o ano. Mais para o início do ano, a expectativa era que a **inflação** fosse ficar em 3,32% em 2021, e a Selic fosse a 3,25% ao ano. Agora, as estimativas são de 7,05% para a **inflação** e 7,5% ao ano para o juro.

A **inflação** e o avanço dos preços das commodities ajudaram, nos últimos meses, a baixar as estimativas para a dívida bruta para o fim do ano, de cerca de 89% do **PIB** para percentuais próximos a 82% do **PIB** ou menores.

"Esse ganho da dívida não é recorrente", afirma a economista-chefe do Credit Suisse, Solange Srour. "O deflator do **PIB** foi bem alto nesse ano, principalmente por conta de commodities. O que vai acontecer no ano que vem com commodities é incerto. Agora, a **inflação** alta deste ano e possivelmente no próximo afeta o custo da dívida."

A Instituição Fiscal Independente (IFI) alertou, em um relatório divulgado em junho, que depois do ganho inicial na queda da dívida pública, o risco é que viesse o impacto nos juros. "A estratégia de ajustar as contas públicas com mais **inflação** é arriscada, porque pode levar ao alto custo médio da dívida e colocar a perder os ganhos e curto prazo."

O diretor-executivo da IFI, Felipe Salto, afirma que o aumento do custo da dívida deverá se concentrar principalmente em 2022, conforme avança a rolagem da dívida, mas já está se materializando em taxas mais altas nos leilões de venda de títulos.

A pressão nos custos do Tesouro causada pela alta da **inflação** poderá se mostrar prolongada, mas é esperado que se dissipe no futuro, quando o BC terminar sua batalha para cumprir as metas de **inflação**. Mas os especialistas dizem que poderá haver um efeito mais duradouro pela alta da dívida e em virtude da deterioração fiscal ocorrida nas últimas semanas.

"A trajetória prospectiva da dívida será alterada. Se fosse apenas o efeito externo, seria passageiro. Já o

risco fiscal é mais permanente e pode se desdobrar em juros mais altos por mais tempo", afirma Salto.

O banco Santander também vê um impacto mais forte nas despesas de juros a partir de 2022. Do ano passado para esse, a despesa tenderia a cair, de 4,2% do **PIB** para 3,6% do **PIB**, em parte devido à estratégia de alongamento da dívida adotada pelo Tesouro Nacional com títulos indexados à **inflação**.

Já a partir de 2022 o encargo com juros subiria para 5,4% do **PIB** e, no ano seguinte, para 5,6%, numa trajetória que chegaria ao patamar de 6% do **PIB** em 2029. O banco cita como principais fatores o aumento da dívida ocorrida depois da pandemia e a alta de juros estruturais da economia.

Essa pressão vai se manifestar à medida em que a dívida antiga vence é substituída por dívida nova mais cara. A taxa média da dívida federal, segundo a estimativa do Santander, passará de 7,3% ao ano a 9,3% ao ano em 2023.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186981?page=1§ion=1

Gás de botijão pressiona orçamento da baixa renda

Lucianne Carneiro e André Ramalho

Em apenas um ano, até julho de 2021, o preço do gás de botijão já subiu quase 30% (29,44%), segundo o índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que mede a **inflação** para as famílias com renda mensal entre um e cinco salários mínimos. A alta foi de quase três vezes a registrada pelo índice geral em igual período (9,85%). Com isso, o peso do gás de cozinha no cálculo da **inflação** passou de 1,56% em agosto de 2020 para 1,79% em julho de 2021. Em quatro das dez regiões metropolitanas pesquisadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o peso já ultrapassa os 2%. Pelo cálculo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), chega a 2,7% nas famílias com renda muito baixa (renda domiciliar menor que R\$ 1.650,50 por mês).

O movimento de alta dos preços do gás de botijão acompanha o aumento do preço do gás liquefeito de petróleo (GLP) da Petrobras. Em meio à valorização do petróleo no mercado internacional, a estatal brasileira já reajustou o derivado seis vezes este ano, uma alta acumulada de 37,8% em 2021.

A pressão no orçamento das famílias tem atraído a atenção de políticos. Nas últimas semanas, o presidente Jair Bolsonaro tem insistido com a ideia de criar uma espécie de "vale-gás" para a população de baixa renda, mas a questão do financiamento está em aberto. Já o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), incluiu na pauta de hoje a criação do Programa Gás para os Brasileiros, de autoria do senador Eduardo Braga (MDB-AM), que institui subsídio para famílias de baixa renda na compra do botijão de gás.

Entre especialistas, é unânime a avaliação sobre o impacto que essa alta de preços provoca no orçamento das famílias. O analista do IBGE André Filipe Guedes Almeida afirma que, embora a fatia de 1,79% do gás de botijão possa parecer pequena, o item é o décimo com maior peso no INPC.

"O gás de botijão é um item importante no orçamento das famílias, especialmente naquelas com renda de até cinco salários mínimos, e tem 14 altas seguidas, desde junho de 2020. A alta ajudou a puxar a **inflação** no período", explica.

Pelos dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP), o preço médio no país do gás de botijão de 13 kg (o P13, de uso residencial) subiu de R\$ 69,98 em agosto de 2020 para R\$ 93,32 em agosto de 2021 (até dia 13). Na região Norte, ultrapassou a barreira dos R\$ 100 no preço médio em julho e está em R\$ 102,74 em agosto. A região está mais distante das refinarias, com exceção do Amazonas, que tem uma unidade, e é a que tem custo mais alto do produto no país.

E o aumento do gás de botijão se soma à alta de outros itens com forte peso para famílias de mais baixa renda, como energia elétrica e alimentos. "Estamos falando de uma alta de 30% em 12 meses, então acaba sendo pesado para o orçamento das famílias de baixa renda. E isso vem junto com altas fortes em energia elétrica e alimentos, que respondem por parcela importante dos gastos", diz a economista do Ipea Maria Andreia Parente Lameiras.

E esta conjunção de fatores de pressão de preços para as famílias de baixa renda ocorre em plena pandemia, que afetou de maneira mais intensa o mercado de trabalho para o grupo. "A **inflação** é ruim para todos, ricos ou pobres. Mas pesa mais para as famílias de mais baixa renda, que são as com grau de instrução mais baixo e também as que mais sofreram na pandemia, perdendo emprego e agora com mais dificuldade de inserção no mercado", afirma.

Economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Patrícia Souza também se mostra preocupada com a pressão da **inflação** neste momento de mercado de trabalho fragilizado. Além disso, ressalta que o impacto do gás no orçamento é ainda mais crítico em regiões do país com renda mais baixa, como no Norte e Nordeste.

"O preço do gás tem impacto em cidades como São Paulo, em que a renda média fica em torno de dois salários mínimos, mas afeta mais regiões como Norte e Nordeste, com pessoas com renda zero ou quase zero", aponta, citando o avanço da insegurança alimentar e da fome entre as famílias e o uso de lenha para cozinhar, como alternativa ao gás de cozinha. "Houve aumento de gás, de energia, de alimentos. A conta não fecha. E como a pessoa faz para sobreviver? Cozinha com lenha, come menos e pula refeições", afirma Patrícia.

Na sua avaliação, o lançamento de um vale-gás pode até ser bom, mas seu impacto tende a ser restrito, deixando de fora parte de quem precisa. "Sabemos que este tipo de política dá mais renda, mas não atinge todo mundo. Seria melhor um subsídio para reduzir o preço", diz a economista do Dieese, crítica à política da Petrobras de repasse das altas de preço do petróleo no mercado internacional.

O preço praticado pela estatal responde por 48,2% do preço final ao consumidor, enquanto a fatia da distribuição e revenda é de 37% e o ICMS é de 14,8%. Em março o governo federal zerou a cobrança de PIS/Cofins sobre o GLP residencial. Mas a medida foi insuficiente para conter a alta para o consumidor. A tributação do PIS/Cofins respondia por cerca de R\$ 2.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#edition/186981?page=1§ion=1

A escalada de custo

Preço do gás de botijão subiu quase 30% em um ano

■ Variação mensal (pelo INPC, em %)



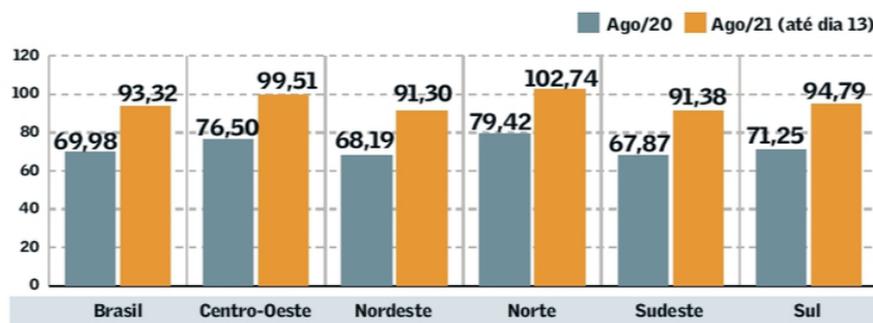
Variação do item nos 12 meses até julho (pelo INPC)

29,44%

Variação do INPC nos 12 meses até julho

9,85%

■ Preço médio do gás de botijão de 13kg (em R\$)



Fontes: IBGE e ANP

Incertezas começam a reduzir as previsões de crescimento (Editorial)

Durou pouco o clima de quase euforia que tomou conta dos mercados no mês passado quando se configurou a melhora na arrecadação e se vislumbrou espaço no Orçamento para turbinar o Bolsa Família a tempo das próximas eleições. O salto da dívida dos precatórios, no início deste mês, comparada ao aparecimento de um meteoro pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, jogou água fria na fervura do otimismo. A conta engoliu a margem de manobra que o governo tinha calculado pela diferença entre o teto de gastos e as despesas com aposentadorias e colocou um novo desafio fiscal. Guedes fala em risco de "shutdown" do governo se o parcelamento dos precatórios não for aprovado.

A deterioração das expectativas fiscais turvou as previsões para economia. De nada adiantou o bom resultado do setor de serviços, que mostrou recuperação em junho pelo terceiro mês consecutivo. O faturamento do setor subiu 1,7%, após os ajustes sazonais, segundo o IBGE, e passou a acumular ganho de 2% no segundo trimestre, a quarta taxa trimestral positiva. O aumento foi bastante disseminado, com difusão de 83,1 %, o maior nível de toda a série histórica, iniciada em janeiro de 2012.

Mas chamou a atenção o avanço dos serviços prestados às famílias, que aumentaram 8,1 % e acumulam alta de 40,3% em três meses. Ainda assim, o grupo, que reúne serviços de caráter mais presencial, como alojamento, alimentação e cabeleireiro, está 22,8% abaixo de fevereiro de 2020, antes da pandemia. Em contraponto, os serviços de tecnologia da informação e da comunicação estão 10% acima do nível pré-crise.

Também tem sido desigual a retomada nos diversos setores da economia. Aparentemente as famílias não têm recursos suficientes para gastar em serviços e compra de bens ao mesmo tempo. As vendas do varejo recuaram em junho em relação maio em 1,7% no conceito restrito e 2,3% no ampliado, que inclui veículos e material de construção, resultados que ficaram aquém das expectativas. A indústria empatou em junho com a produção de maio, quando teve avanço de 1,4% depois de três meses consecutivos de queda. A preocupação com a falta de insumos prejudica as projeções de crescimento.

O faturamento dos setores de comércio e serviços

estão ligeiramente acima do patamar de fevereiro de 2020, ou seja, de antes da pandemia, em 1,5% e 2,4%, respectivamente. Já a indústria, que em dezembro havia suplantado esse ponto em 3,3%, recuou ao longo do primeiro semestre e agora está exatamente no mesmo nível de fevereiro do ano passado. O IBC-Br, índice de atividade elaborado pelo Banco Central, mostra também a hesitação da economia. Ao subir 1,14% em junho, sinaliza alta de 0,2% do segundo trimestre do Produto Interno Bruto.

A questão fiscal constrange o Banco Central (BC). Por duas vezes na semana passada o presidente do BC, Roberto Campos Neto, falou dos ruídos gerados no mercado pela dúvida em relação a como será financiado o novo Bolsa Família e pela proposta de parcelar o pagamento dos precatórios. As questões voltaram a pressionar o câmbio, pondo lenha na fogueira da **inflação**, não mais considerada temporária, pressionada também pela crise hídrica. Tudo isso levou o Comitê de Política Monetária (Copom) a escancarar a intenção de elevar a taxa básica de juros acima do patamar neutro, o que terá impacto negativo no nível de atividade.

O cenário externo não é igualmente favorável. Parece cada vez mais próximo o momento em que o Federal Reserve (Fed) vai reduzir os estímulos monetários à economia, com a diminuição da compra de ativos, o que deve enxugar a liquidez dos mercados. Não só os Estados Unidos, mas também a China e a União Europeia devem voltar a crescer próximo do potencial, o que vai reduzir a demanda por commodities e as atividades de comércio exterior.

Esses fatores, potencializados pela antecipação do debate eleitoral, e pelas dúvidas em relação à evolução do combate à pandemia, já provocam uma revisão das previsões de crescimento neste ano, ainda incipiente, e com mais força para 2022.

O Itaú, por exemplo, que projetava expansão de 5,8% agora fala em 5,7%. É preciso levar em conta que a herança estatística neste ano é de 3,6%. Já para o próximo ano, com "carry over" de 1 %, as revisões são mais significativas. O Credit Suisse reduziu a projeção de 2,5% para 2%, alinhando-se à indicação da pesquisa Focus de 2,04% ontem. Revisões mais fortes vêm do Itaú, de 2% para 1,5%; e da MB Associados, de 1,8% para 1,4%.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186981?page=1§ion=1

Paulistanos rechaçam a onda negacionista - COLUNA DO ESTADÃO

ANDREZA MATAIS - MARCELO DE MORAES

Mais do que praticamente concluir as aplicações em primeira dose da vacinação contra a covid-19 nos paulistanos acima de 18 anos, a Virada da Vacina assinalou derrota substancial ao discurso negacionista.

Na maior cidade do País, a porcentagem de 99,15% de imunizados chama atenção também se comparada às taxas de outras capitais: Rio tinha até ontem 87,1% de seus adultos vacinados com uma dose. Porto Alegre, 82,2%; Belo Horizonte, 70,7%. É justamente na capital paulista que Bolsonaro amarga os piores índices de rejeição no Estado.

» Olha eu aqui, gente. O bom resultado marca a primeira vitória política relevante do prefeito Ricardo Nunes (MDB), que assumiu a cidade após a morte de Bruno Covas (PSDB) cercado de desconfiança.

» Mr. DJ. Entre os grandes acertos de Nunes está a manutenção de Edson Aparecido (PSDB) no cargo de secretário da Saúde, órgão responsável pelo evento que reuniu até DJs para motivar os paulistanos a tomar a vacina contra a covid-19.

» Aqui, não. "A vacinação em São Paulo mostra que o paulistano não está no universo do negacionismo. Valorização fundamental da ciência e dos protocolos sanitários. Politicamente, é uma derrota para o governo Bolsonaro", diz o cientista político Rodrigo Prando.

» Adversário... Há um ponto de consenso entre governadores do Nordeste ao Sul ouvidos pela Coluna em meio à pior relação entre os chefes de Executivo estaduais e federal desde a redemocratização: a culpa é do presidente Bolsonaro.

» ...em comum. "É a primeira vez que o Brasil tem da parte do poder central uma posição permanentemente antiestados e municípios. É impensável, pois somos uma república federativa", diz o governador Wellington Dias (PT-PI).

» Faz... "A crise federativa deriva do presidencialismo de confusão que Bolsonaro implantou no Brasil", diz Flávio Dino (PSB-MA).

"Não me parece que o problema demande repensar a estrutura federativa. É caso de repensar o presidente", afirma o governador Eduardo Leite (PSDB-RS).

» ...sentido. Ontem, governadores emitiram nota contrária ao presidente e em favor do STF.

» Carta Magna. "A mobilização da maioria dos governadores é em defesa da nossa Constituição, da democracia e da liberdade", afirma João Doria (PSDB-SP).

» Avaliação. Do cientista político José Álvaro Moisés: "A natureza do pacto federativo demanda diálogo permanente entre autoridades.

Isso não está acontecendo.

Bolsonaro estabeleceu uma guerra. Faz mal ao Brasil".

» CLICK. Convidado para ato militar com Bolsonaro em Formosa, Ronaldo Caiado (DEM) preferiu inaugurar, na mesma hora, o setor antirracismo da Polícia Civil de Goiás.

» Mais... Os presidentes de PV, PSDB, MDB, Democratas, Solidariedade, Cidadania, Novo e PSL se reúnem nesta terça-feira, 17, em Brasília.

Segundo José Luiz Penna, presidente do PV, será mais um passo em busca de um nome de consenso para a encarnar a candidatura de centro.

» ...diálogo. O encontro dos presidentes dos partidos também discutirá as propostas de **reforma política** colocadas em pauta no País, como a volta das coligações, atualmente sob apreciação do Senado.

» SINAIS PARTICULARES.

Edson Aparecido, secretário municipal de Saúde em São Paulo

PRONTO, FALE!!

Paulo Hartung Ex-governador do Espírito Santo

"Quando o Brasil precisa escolher entre o certo e o fácil, via de regra, infelizmente, enveredamos pelo mais fácil, ligado a populismo e interesses eleitorais."

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

PEC dos precatórios pode ter "bônus social" antipobreza



Caio Megale: eventuais recursos para baixa renda deveriam ser contabilizados dentro do teto de gastos

Daniel Rittner, Cristiano Romero e Lu Aiko Otta

Na tentativa de facilitar a tramitação da PEC dos Precatórios, o governo já acenou a lideranças do Congresso Nacional que aceita incluir um "bônus social" como emenda ao texto original. A ideia é deixar de 10% a 20% dos recursos do novo fundo de liquidação de passivos, formado principalmente pelo dinheiro obtido com a venda de empresas estatais, como uma espécie de bonificação às pessoas abaixo da linha de pobreza.

Havia uma expectativa de que esse dispositivo já tivesse surgido no texto inicial da PEC. No entanto, a redação da proposta restringiu o uso a apenas duas finalidades: abatimento da dívida pública e antecipação do pagamento de precatórios parcelados pela União.

O fundo será composto por receitas decorrentes da privatização de estatais, de concessões de serviços públicos, da venda de imóveis, de leilões do pré-sal pelo regime de partilha e de dividendos transferidos ao Tesouro Nacional por lucros das estatais.

O governo decidiu retirar do texto o "bônus social", em um primeiro momento, e preferiu deixar sua inclusão para os parlamentares. Assim, avalia-se na Esplanada dos Ministérios que isso pode render mais votos à aprovação da PEC, permitindo ao Congresso vender publicamente como sua a iniciativa de distribuir recursos extraordinários para os mais pobres.

Para aprovar a proposta, são necessários três quintos dos votos, o equivalente a 308 deputados e 49

senadores.

O valor de cada "bônus social" e o instrumento pelo qual os recursos serão transferidos ainda deverão ser definidos por projeto de lei ou medida provisória. A intenção do ministro da Economia, Paulo Guedes, é que isso tenha como efeito colateral o maior apoio da sociedade às grandes privatizações.

Cada venda de estatal poderá resultar, na prática, em algumas centenas de reais no bolso dos cidadãos mais vulneráveis socialmente. Do ponto de vista fiscal, isso não criaria despesas fixas no Orçamento, avaliadas no governo.

Essa visão é polêmica. Para o economista-chefe da XP Investimentos, Caio Megale, as "chuveiradas" de dinheiro para a população mais vulnerável com recursos das privatizações configuram despesa corrente. Por isso, deveriam estar sob o teto de gastos e contabilizadas no resultado primário.

O mercado acompanha com preocupação a tramitação da PEC, em particular a proposta do fundo, por **temer** que outras despesas correntes acabem acomodadas nele, informou o economista. "O maior temor é que esse fundo não seja aprovado da forma como está, e sim seja transformado para permitir gastos correntes, como bônus do Bolsa Família, investimento, outros que possam ser inventados", disse.

Isso teria implicações graves sobre o teto de gastos, além de "abrir a janela para possíveis pedaladas no futuro". Por exemplo, o valor dos dividendos das estatais, que são parte do fundo, serem inflados para bancar despesas correntes. Megale acha que o governo deveria deixar a ideia de lado, pois traz mais riscos do que benefícios.

Segundo estimativas da equipe econômica, o potencial de ganho com as privatizações, principal fonte de receitas do fundo, é de R\$ 369 bilhões nos próximos anos. Desse total, R\$ 122 bilhões já são considerados como receitas prováveis. Na fila estão estatais como Eletrobras, Correios e Porto de Santos.

Além disso, são estimados perto de R\$ 5,1 bilhões em receitas de outorga com concessões. Nessa conta, não entram os recursos que já estão comprometidos com investimentos. É o caso, por exemplo, das

concessões em ferrovias, que são condicionadas à construção de novas linhas. Também é o caso das receitas com a Eletrobras, que serão parcialmente destinadas a obras no rio São Francisco e na região Norte, por exemplo.

Já a antecipação de valores a serem recebidos pela União a título de excedente em óleo em contratos de partilha está estimada em R\$ 2,4 bilhões em 2022. Também é prevista a utilização de receitas com dividendos de empresas estatais, após debitados os gastos com manutenção de empresas dependentes do Tesouro Nacional. No momento, os valores se equivalem.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186981?page=1§ion=1